

# Debate Sindical

Nº 19 - SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO-95 - R\$ 6,50



## A ofensiva das elites

## EXPEDIENTE

A revista *Debate Sindical* é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).  
**Sede:** Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010  
fone/fax: (011) 284-2296

### **Conselho de Redação**

Altamiro Borges  
Umberto Martins  
José Carlos Ruy  
Bernardo Joffily  
Antonio Martins

### **Conselho Editorial**

Sérgio Barroso  
Renildo de Souza  
Wagner Gomes  
Nivaldo Santana  
Augusto Buonicore  
Augusto Petta  
Claudio Fonseca  
Enéas da Silva dos Santos  
Gilda Almeida de Souza  
Gregório Poço  
Júlia Roland  
Magnus Farkatt  
Marcelo Toledo  
Neleu Alves  
José Carlos Schultz  
Pedro Pozenato  
Luis Alberto Chaves  
Edmundo Costa Vieira  
Newton Pereira de Souza  
Wellington Teixeira Gomes  
Edson Pimenta  
José Alvaro Fonseca Gomes  
Luiz Gavazza  
Nilton Canuto de Almeida  
Reginaldo Lira  
Josiel Galvão  
Julio César Rego Gutierrez  
Lúcia Regina Antony  
Raimundo Moacir Martins

### **Revisão**

Antonia Rangel  
Marcia de Almeida

### **Ilustrações e fotos**

Sintaema e jornal "A Classe Operária"

### **Capa**

Big Nel

### **Editoração eletrônica**

P&B (fone: 605-2807)

### **Impressão e acabamento**

Editora Parma

### **Observação**

Os artigos publicados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação do Centro de Estudos Sindicais (CES)

# ÍNDICE

Desindexação, sinônimo de arrocho salarial	4
Ofensiva de FHC e revanche dos trabalhadores	5
Inimigo da nação e do povo brasileiro	9
As razões do fim do monopólio do petróleo	11
O que está em jogo na reforma da previdência	14
Significado histórico da greve dos petroleiros	22
Reagan, Thatcher e a onda contra os sindicatos	26
Denúncias de corrupção abalam a Força Sindical	29
Wagner Cinchetto tira a máscara de Medeiros	31
Mercosul: integração ou dominação das nações	37
Atualidade da bandeira da reforma agrária	47
Resenhas de livros	55

# Companheiro (a) sindicalista

O governo FHC, comprometido até a medula com o projeto neoliberal, continua na ofensiva contra os trabalhadores e a nação brasileira. Além do rolo compressor nas votações da reforma constitucional e da feroz brutalidade na greve dos petroleiros, insiste agora na aprovação de uma medida provisória que representa o mais duro ataque ao poder aquisitivo dos assalariados.

Com o pomposo nome de desindexação, o governo pretende deixar os salários, inclusive o mínimo, as pensões e as aposentadorias sem qualquer regra de reajuste. Estes ficarão ao sabor da "livre negociação" - o que num período de desemprego representa na prática brutal arrocho. Já os outros contratos, como os aluguéis, as mensalidades escolares e as operações financeiras, continuam indexados.

Quando foi anunciada, no início de julho, a MP da desindexação era ainda pior. Além do arrocho, pretendia desestruturar o movimento sindical. Na cara dura, estimulava o plurisindicalismo - ao proibir as negociações salariais por categoria e deslocar o centro das negociações para as empresas. A medida era tão visivelmente inconstitucional que o judiciário a rejeitou.

Na nova redação da MP, o governo retirou os artigos que visavam destruir os sindicatos, mas manteve a desindexação dos salários. O bode saiu, mas a casa prossegue na penúria. Daí a urgência da mobilização dos trabalhadores. O movimento sindical, que até o momento tem demonstrado certa passividade diante deste golpe do governo, está chamado a ocupar o seu lugar no cenário político.

# A chance de FHC e a vez dos trabalhadores

José Carlos Ruy \*

***Menos Estado, menos legislação, mais negociação*** - este é o mote do governo. Ele poderia ser substituído por outro mais simples e direto: ***menos direitos para os trabalhadores***. Mas, embora esteja com a iniciativa, o governo não tem a cara de pau de assumir publicamente o que deseja. Assim, vai tratando de aproveitar a ocasião, que lhe é favorável. Mas esta é uma situação cuja duração são os trabalhadores e o povo, e não o governo, que vão determinar.

Não é mera coincidência: o envio ao Congresso, pelo governo de FHC, das propostas de reforma constitucional contra os direitos dos trabalhadores está intimamente ligado à forma truculenta como o Palácio do Planalto tratou a greve dos petroleiros em maio passado.

Sob o mote de *menos Estado, menos legislação, mais negociação*, o governo começa a atacar aquelas minguadas conquistas que os trabalhadores conseguiram inscrever na Constituição de 1988, e que desde sua promulgação tanto incomodam os patrões e a elite brasileira. Eles falam agora em “flexibilizar”, em deixar os direitos trabalhistas aos azares da negociação coletiva que o governo quer criar.

Assim, reajustes salariais, férias de 30 dias mais 1/3 do salário, folgas, tudo isso fica em suspenso, dependendo dessas negociações. E, para tornar ainda mais fácil a vida

dos patrões, querem acabar com a unicidade sindical e criar o sindicato por empresa, acabando com os instrumentos de defesa perante o Estado e os patrões que os trabalhadores brasileiros construíram nas últimas décadas.

Na chamada segunda fase do plano Real, em vigor desde o início de julho, o governo já deixou claro suas intenções ao garantir a continuidade da indexação do capital ao mesmo tempo em que desindexou os salários e criou regras estapafúrdias para a “livre negociação”.

**O governo quer acabar com partidos e deputados ligados aos trabalhadores**

Ao mesmo tempo, o governo continua cumprindo seus compromissos com o impe-

Vanderlei Pozzembom



rialismo a toque de caixa. Abre de vez a economia ao capital estrangeiro, mesmo em áreas sensíveis à segurança nacional, como energia, telecomunicações, navegação de cabotagem. Privatiza setores estratégicos, e chega mesmo a cair no conto da reciprocidade, como se viu no caso dos radares para o Sistema de Vigilância da Amazônia: o governo aceitou aprovar a empresa norte-americana Raytheon na concorrência bilionária para a implantação do sistema, em troca de igual preferência que seria dada à Embraer na compra de aviões de treinamento para a Força Aérea americana. Mas, na hora H, os americanos não cumpriram o acordo, preferindo uma empresa norte-americana.

Na área política, o governo de Fernando Henrique vai em frente e acelera a reforma para diminuir o número de partidos políticos e dificultar a organização dos chamados pequenos partidos, entre eles o PCdoB. Quer também instituir o voto distrital, a pretexto de aprimorar a ligação entre o eleitor e o deputado. Uma falácia: na verdade, o que o governo quer é criar as condições institucionais para o domínio incontestado da burguesia.

Hoje, com a ampla liberdade de organização partidária garantida pela Constituição de 1988 e com o voto proporcional (que é uma conquista democrática não só dos brasileiros, mas de todos os povos que adotam esse sistema), a burguesia é obrigada a enfrentar, no parlamento, deputados ligados a forças sociais que não aceitam passivamente seu domínio, principalmente deputados ligados a partidos populares. Isso gera o impasse que os apologistas da burguesia chamam de "ingovernabilidade": o choque, dentro da máquina estatal, entre os interesses populares e os privilégios das classes dominantes.

**Estadão: "conviver com as greves é uma coisa, ceder a elas é outra"**

No Congresso, o governo parece um trator em cima da oposição. Usa os mesmos métodos condenáveis do governo Sarney, em 1988, quando barganhou com parlamentares venais o direito de ficar cinco anos na

presidência da República. Na votação do limite dos juros a 12% ao ano, o governo de FHC também transformou o parlamento num balcão de negócios e conquistou votos à base do franciscano princípio do “é dando que se recebe”.

Na sociedade, entretanto - sociedade que o Congresso brasileiro tem obrigação de representar - a vida do governo poderá ser mais tumultuada, como mostrou a greve dos petroleiros. Em primeiro lugar porque, apesar de toda a propaganda oficial e de toda a manipulação dos estoques de combustíveis, o governo não conseguiu obter o apoio da maioria da população para suas medidas, como mostram pesquisas de opinião publicadas depois do fim da greve. E, em segundo lugar, porque apesar de toda a truculência o governo não conseguiu acuar o movimento sindical.

Esta é uma preocupação antiga das elites. Um registro recente dela ocorreu no final de 1994, quando a direção da CUT e o presidente Itamar Franco chegaram a um acordo para acabar com a greve dos petroleiros. Um editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 10 de novembro de 1994, dizia que, desde então, o interlocutor preferido de Itamar já não era o ministro da Fazenda, Ciro Gomes, e sim o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho.

Para o *Estadão*, Itamar adotou uma “democracia direta de fim de governo” com o líder sindical “dizendo o que o governo deve fazer”. E concluía dando o tom do pensamento da elite brasileira a respeito dos direitos dos trabalhadores: “conviver com as greves é uma coisa; ceder a elas é outra”.

### Lula: “eu imaginava um comportamento diferente do Fernando Henrique Cardoso”

A greve de 1995 suscitou, na imprensa, reações semelhantes. Um editorial do *Jornal do Brasil*, do dia 31 de maio de 1995, dizia que a greve dos petroleiros revelou a falta de controle dos líderes do PT e da CUT sobre as “facções extremistas”, “grupúsculos duros” que “se apossaram das bases” e “sequestraram o movimento sindical”.

Investidores estrangeiros, por sua vez, comemoraram a derrota dos petroleiros com um otimismo moderado. “O desfecho da confrontação entre os petroleiros e o governo significa que há uma chance muito boa de que o setor público comece a ser reformado”, disse Arturo Porzecanski, economista chefe da ING Securities, de Nova York (*O Estado de S. Paulo*, 5 de junho de 1995).

Os temores do *Jornal do Brasil* e o otimismo moderado de Arturo Porzecanski sobre as reformas têm fundamentos, felizmente. Mesmo as pessoas que, iludidas com o passado “esquerdista” do sociólogo-presidente, esperavam um tratamento diferente para os movimentos operários e sociais, começam a cair na real. Até Lula chegou a ter essa ilusão, e agora se diz decepcionado: “Eu imaginava um comportamento diferente do Fernando Henrique Cardoso” (*Gazeta Mercantil*, 31 de maio de 1995).

O governo está com a iniciativa neste momento e tenta aproveitar sua chance. Mas esta situação não é eterna - e mudá-la é uma tarefa que cabe principalmente aos trabalhadores brasileiros.

\* Jornalista, integrante da coordenação nacional do CES

# O inimigo número um dos trabalhadores e da nação

Aldo Rebelo \*

A vitória da coligação PSDB/PFL/PTB nas eleições de 94 levou ao Pálacio do Planalto Fernando Henrique Cardoso e, com ele, a aliança das forças conservadoras e neo-conservadoras que querem promover as reformas estruturais do Estado brasileiro exigidas pelo FMI, Banco Mundial e pelo grande capital internacional e nacional. FHC chegou à presidência da República bafejado pela mídia e tendo como programa a alteração da Constituição, elaborada em 1988.

Não digo que a nossa Carta Magna seja intocável, ou que não tenha defeitos passíveis de correção, ou mesmo que seja acabada. Pelo contrário. A Constituição brasileira, fruto da mobilização popular que derrotou a ditadura e abriu uma nova fase de democratização da vida política do país, tem defeitos - e não são poucos ou pequenos. Poderia ser modificada, ampliando-se, por exemplo, os direitos sociais dos trabalhadores, abrindo espaço para a realização de uma reforma agrária que liquidasse o latifúndio e pusesse fim ao mais antigo e odioso monopólio existente no país: o da propriedade da terra.

Porém, o que leva o governo FHC a fazer da mutilação do texto constitucional o seu programa? O esforço do presidente e de seus aliados não visa corrigir os defeitos da Constituição, mas sim retirar dela as virtudes e as garantias que asseguravam ao país um mínimo de soberania e democracia, e aos trabalhadores os direitos sociais básicos inseridos na Carta de 1988.

Como ponto de partida, os neoliberais colocam a necessidade de por fim aos dois monopólios estatais exercidos pela Telebrás e Petrobrás, respectivamente nas áreas de telecomunicações e petróleo. O maciço apoio da imprensa procura fazer crer que o modelo desenvolvido por essas empresas estaria superado. Desconhecem, ignoram ou, simplesmente por má fé, não divulgam que na área de petróleo, por exemplo, não há propriamente a chamada livre concorrência e nem funciona também a chamada lei de mercado.

**Desmonte do Estado para favorecer grandes grupos monopolistas estrangeiros**

Na realidade, em matéria de petróleo o mercado mundial está dividido em dois tipos de monopólios: os privados, exercidos por

grandes companhias mundiais de países imperialistas, tipo Esso, Shell, entre outras, e os estatais, existentes em países como Brasil, Iraque, México e Venezuela. A quebra do monopólio estatal não abrirá a possibilidade da livre concorrência. Deixará sim a Petrobrás vulnerável à ação predatória das grandes companhias estrangeiras, que passarão a agir mais livremente, sabotando a estatal construída em mais de quarenta anos de trabalho e sacrifício do povo brasileiro.

No que diz respeito às telecomunicações, alguns ainda guardam na lembrança o período em que o setor estava entregue a exploração, via concessão, do capital privado nacional e internacional. O Brasil não conseguia desenvolver suas vias de comunicação por carência de investimentos. Levava-se horas, e em alguns casos até dias, para se falar de uma localidade para outra do país. Fez-se necessária a intervenção do Estado e a criação de uma empresa estatal do porte da Telebrás para que pudéssemos ampliar nossas telecomunicações, e para que o território nacional fosse dotado de uma infra-estrutura moderna e adaptada às exigências do progresso e do desenvolvimento.

Que não se use como argumento o fato dessas companhias carregarem consigo defeitos próprios do tipo de Estado que as gerou. É verdade que são estatais sobre as quais pesa a contingência de sua utilização pelo capital privado para fins espúrios. Seus dirigentes nem sempre representam a aspiração maior de transformá-las em empresas fortes, ágeis, competitivas e à serviço da população. Houve circunstâncias em que casos tenebrosos de corrupção foram localizados e denunciados. A oposição teve e tem consciência disso. Como também sempre soube que para corrigir essas deformações não seria necessário alterar a Constituição e muito menos substituir o monopólio estatal exercido pelas mesmas.

A ação do Governo e da maioria conservadora no Congresso não corrige quaisquer dos defeitos das empresas públicas. No entanto, abre espaço para a utilização ainda maior destas à serviço dos interesses privados, e quem sabe, pior que isso, para a sua

privatização como já anuncia, no caso das telecomunicações, o ministro Sérgio Mota.

### **Desindexação representa brutal golpe ao poder de compra dos trabalhadores**

Embora ainda em tramitação no Senado, as propostas de emenda à Constituição que põem fim ao monopólio estatal de petróleo e telecomunicações têm recebido a adesão da esmagadora maioria constituída pelo governo no Congresso Nacional. Resta às forças progressistas o desafio de opor uma resistência tenaz a esse atentado contra a soberania nacional e os interesses populares, e trabalhar para que a resistência dentro do Congresso receba o apoio da população, através de grandes manifestações, única forma de deter a política de terra arrasada posta em prática pelo governo do sr. Fernando Henrique Cardoso.

Mas não é apenas nas chamadas reformas do Estado, ou seja, da quebra do monopólio, da privatização, da alteração do caráter de empresa nacional, que o governo mostra sua odiosa face neoliberal. Anuncia agora e envia ao Congresso Nacional a medida provisória retirando da lei qualquer tipo de proteção aos salários, por via da chamada desindexação.

A desfaçatez dos governantes chega a tal ponto que para proteger o seu falido plano econômico dos efeitos devastadores dos juros estratosféricos e da sobrevalorização do real em relação ao dólar, FHC e sua equipe pretendem promover a mais brutal devastação do poder de compra dos trabalhadores, particularmente dos trabalhadores do setor público. Eis, portanto, o objetivo da chamada desindexação: os preços livres para subirem até às nuvens e os salários livres para descerem a níveis nunca antes imaginados.

É lamentável que diante da determinação do governo de golpear profundamente o salário dos trabalhadores, o movimento sindical apresente comportamento tão frio. Não se vê articulação para denunciar as intenções do

Executivo. As manifestações, tímidas, apenas protestam levemente ou se resumem a apresentar alternativas à proposta criminosa do governo federal. É preciso que se denuncie vigorosamente as intenções governamentais, que se puxe de uma vez por todas a máscara de FHC e de seus auxiliares, que se demonstre claramente que Fernando Henrique é o inimigo número um dos trabalhadores brasileiros.

**Ataque à democracia com restrições aos partidos de expressão popular**

No plano político, o presidente da República e as forças que lhe dão sustentação pretendem investir contra uma das mais significativas conquistas da Constituição de 88, qual seja, a de ter estabelecido em seu texto o regime da mais ampla liberdade partidária na história do nosso país.

Se na economia os neoliberais de plantão pretendem destruir o patrimônio nacional a pretexto de um regime de mercado falso e inatingível, na política objetivam justamente o contrário. Tentam substituir o sistema político democrático por um regime de monopólio partidário, no qual apenas as grandes legendas conservadoras terão o benefício do funcionamento pleno.

Argumentam que o grande número de partidos dificulta o que chamam de governabilidade. Nada mais falso! O que dificulta a governabilidade é a tentativa de manter a qualquer custo um sistema economicamente falido e socialmente perverso; dificulta a governabilidade a prática descarada do fisiologismo para conquistar maiorias eventuais que dão sustentação ao governo.

Os pequenos partidos de raízes populares apenas cumprem o papel de apontar as mazelas produzidas pelas legendas conservadoras, carentes de estofo doutrinário e de unidade programática, configurando-se num ajuntamento de interesses mesquinhos em torno dos cargos em disponibilidade. Os pe-

quenos partidos, principalmente aqueles situados à esquerda do espectro ideológico, não se beneficiam dos cargos públicos, não barganham com suas idéias, nem com suas propostas. Procuram, pelo contrário, exercer seu papel na fiscalização dos atos dos governantes e na tentativa de constituir agremiações que disputam no plano das idéias o interesse da sociedade.

Reina entre vastos segmentos das forças populares um ambiente de pessimismo e descrença. Nada mais nocivo para o enfrentamento da ofensiva conservadora. Não podemos e nem devemos nos abater com a maioria formada por FHC no Congresso Nacional, e que tem lhe dado as primeiras vitórias no dilaceramento da Constituição. As forças populares devem confiar na trajetória do nosso povo, que sempre foi o protagonista dos momentos mais importantes da vida do nosso país.

**Sem menosprezar a ação no parlamento, o decisivo é a luta e resistência do povo**

Mesmo considerando o papel importante que pode cumprir o Congresso Nacional na construção da vida democrática e institucional brasileira, não devemos perder a perspectiva dos limites da instituição parlamentar. É bom lembrar que nada de decisivo na história do Brasil começou no parlamento. Da abolição da escravatura, passando pela proclamação da República, à campanha das diretas e ao impeachment de Collor, o Congresso Nacional, quando muito como no último caso, representou apenas um momento nesses episódios significativos da vida nacional.

Em outros momentos, nem o próprio parlamento funcionava. Aliás, o mandato de um parlamentar dura apenas quatro anos. Permanentemente mesmo na vida de nosso país é o povo. E o povo brasileiro haverá de despertar e reconstruir nas ruas e na luta os estragos promovidos por seus inimigos nesse lapso da história contemporânea do Brasil.

\* Jornalista, deputado federal por São Paulo e líder do PCdoB na Câmara dos Deputados

# Monopólio do petróleo e reforma constitucional

Ricardo Maranhão \*

O governo quer revogar uma conquista histórica, democrática e suprapartidária de nosso país. Justifica esse atentado anti-nacional de forma simplória, em pouco mais de uma página de afirmações vagas e inconsequentes. Esquece que, desde 1900, todas as empresas estrangeiras investiram aqui US\$ 72,5 bilhões (incluindo lucros feitos no Brasil). A Petrobrás, sozinha, investiu US\$ 80 bilhões em 41 anos de existência.

O ordenamento jurídico da indústria brasileira do petróleo tem pouco mais de 40 anos e a sua característica marcante é a gênese democrática. A lei 2004/53, que criou a Petrobrás e instituiu o monopólio, resultou de cinco anos de campanha nas ruas e 22 meses de discussões no Congresso Nacional. As Cartas de 1967 e 1969 alçaram ao mais alto nível institucional o princípio do monopólio, reconhecendo a importância estratégica da indústria para a segurança e o desenvolvimento do país.

A questão petrolífera foi, mais uma vez, objeto de amplo e democrático debate durante os trabalhos da Assembléia Constituinte que, refletindo a consciência cívica nacional, consolidou, por maioria esmagadora, quase unanimidade, toda a legislação anterior, no artigo 177 e parágrafo 1º da Carta de 1988. Foram 441 votos contra apenas 7 e 6 abstenções.

Agora pretende o governo, através de proposta de emenda constitucional - a PEC 6/95 - revogar esta conquista histórica, democrática e suprapartidária da sociedade brasileira. E o faz utilizando-se de argumentos não convincentes e de processos incompatíveis com a prática democrática.

O governo afirma que deseja a concorrência em setor sabidamente oligopolizado por grandes empresas internacionais. Tenta ressuscitar o velho argumento da falta de recursos para investimentos. Argumento que, rejeitado mais de 40 anos atrás, não é plausível hoje com a Petrobrás faturando quase US\$ 20 milhões anualmente. A crise não é de recursos. Ela decorre de uma estrutura de preços obscura que sacrifica a Petrobrás, beneficiando as distribuidoras e grupos privados com subsídios inexplicáveis.

O governo afirma que, com a revogação do monopólio, as multinacionais investirão

bilhões e bilhões de dólares no país. Isto embora os fatos demonstrem, de forma inequívoca, que esta afirmativa não passa de jogada publicitária do “lobby” promovido pelo oligopólio petrolífero internacional para iludir os parlamentares e a opinião pública.

**Em 1994, a Shell mandou para fora, como remessa, 60% de seu lucro no Brasil**

Durante oitenta anos (período de 1859-1938), não houve quaisquer impedimentos para a participação de capitais estrangeiros na indústria petrolífera brasileira, e estes grupos limitaram sua ação a lucrativa e segura atividade de distribuição, nada investindo em exploração, produção, transporte, refino ou petroquímica. Ao contrário, fizeram intensa campanha para convencer os brasileiros da inexistência do petróleo no Brasil.

Entre 1975 e 1988, estes mesmos grupos tiveram, via contratos de risco, mais de 80% das bacias sedimentares brasileiras a sua disposição e investiram no país apenas US\$ 350 milhões contra US\$ 26 bilhões aplicados pela Petrobrás. Ou seja, o esforço da Petrobrás foi quase 80 vezes maior! O fracasso dos contratos de risco levou os Constituintes à proibição dos mesmos, respeitados os que vigoravam na promulgação da Carta de 1988.

Dados da Unicamp mostram que, desde o início do século, as 6.311 empresas estrangeiras que atuam no país (e ainda alegam que é necessário “abrir” a economia) em todos os segmentos da atividade econômica investiram US\$ 72,5 bilhões, inclusive reinvestimentos. A Petrobrás, sozinha em 41 anos, investiu US\$ 80 bilhões na indústria do petróleo.

Correspondência do Banco Central do Brasil, enviada à Câmara dos Deputados, atendendo ao pedido de informações do então deputado Wladimir Palmeira, registra que no período de 1980 a 1991 as multinacionais que no Brasil operam exclusivamente na área da distribuição enviaram ao

exterior, a título de remessa de lucros, quase US\$ 660 milhões.

Em entrevista à **Gazeta Mercantil**, 2/12/1994, o presidente da Shell, o sr. Willem Goebel, comemorando o lucro da campanha no Brasil - US\$ 100 milhões em 1994 - informou que US\$ 60 milhões, ou seja, 60% do mesmo, foram enviados ao exterior como remessa de lucro. No mesmo ano a Petrobrás apurou um lucro de US\$ 1,8 bilhão, totalmente investido no Brasil, gerando empregos para a nossa gente, encomendas para a indústria nacional e promovendo o nosso desenvolvimento.

O governo proíbe a direção da companhia de participar livremente do debate sobre a conveniência e oportunidade da mudança. Acena com a manutenção do monopólio da União e afirma que só deseja “flexibilizá-lo”, um eufemismo para atenuar resistências. Pede ao Congresso autorização para celebrar contratos com empresas privadas, abrangendo todos os segmentos hoje monopolizados da indústria, desde a prospecção até a importação, passando pela produção e refino, transporte por navios ou dutos e exportação.

Um verdadeiro “cheque em branco”. Qualquer estudante de direito ou de economia sabe que um monopólio de Estado partilhando resultados com empresas privadas não é monopólio. O mestre Aurélio Buarque de Hollanda conceitua de forma clara o monopólio: é **“exploração, posse, direito ou privilégio exclusivos”**.

**FHC tem pressa em cumprir cronogramas que parecem ter sido acertados no exterior**

A União, para manter o monopólio, deve executá-lo diretamente ou atribuir a sua execução à empresas das quais tenha o controle absoluto, permanente, inquestionável, como é o caso da Petrobrás. O resto é sofisma e desinformação, ou manobra patrocinada por mal intencionados que pretendem a revogação desta conquista histórica, democrática e suprapartidária da Nação Brasileira.



Paulo Giandatis

A pretensão de disciplinar as novas relações na indústria petrolífera por Lei Ordinária, ou, o que é pior, até por medidas provisórias, é absurda, sobretudo em se tratando de matéria tão grave a qual os Constituintes deram proteção constitucional.

O açodamento e a ligeireza com que pretendem aprovar as mudanças parecem refletir a necessidade que sentem os seus patrocinadores de cumprir cronogramas acertados no exterior. O ministro da Fazenda, em declarações à imprensa, afirmou ser necessário aprovar “alguma coisa” para tornar mais “confortáveis” as negociações promovidas na recente viagem presidencial aos EUA.

A justificativa que acompanha a Exposição de Motivos encaminhando a proposta de Emenda é simplória, sem um número sequer,

com texto de pouco mais de uma página e afirmações vagas e inconsequentes.

Os deputados que apóiam o governo preferiram, na comissão que estuda o assunto, os depoimentos de autoridades brasileiras, ligadas ao setor do petróleo, como o ex-presidente Ernesto Geisel e o ex-ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero, para convocar os ex-dirigentes de empresas multinacionais, quebrando, também o princípio democrático de igualdade no número dos depoentes a favor e contra a proposta.

Por essas razões, e por outras aqui não mencionadas por falta de espaço, a Aepet combaterá a PEC 6/95, pela via democrática, com o apoio de outras entidades da sociedade civil, por considerá-la prejudicial aos interesses e à soberania do país.

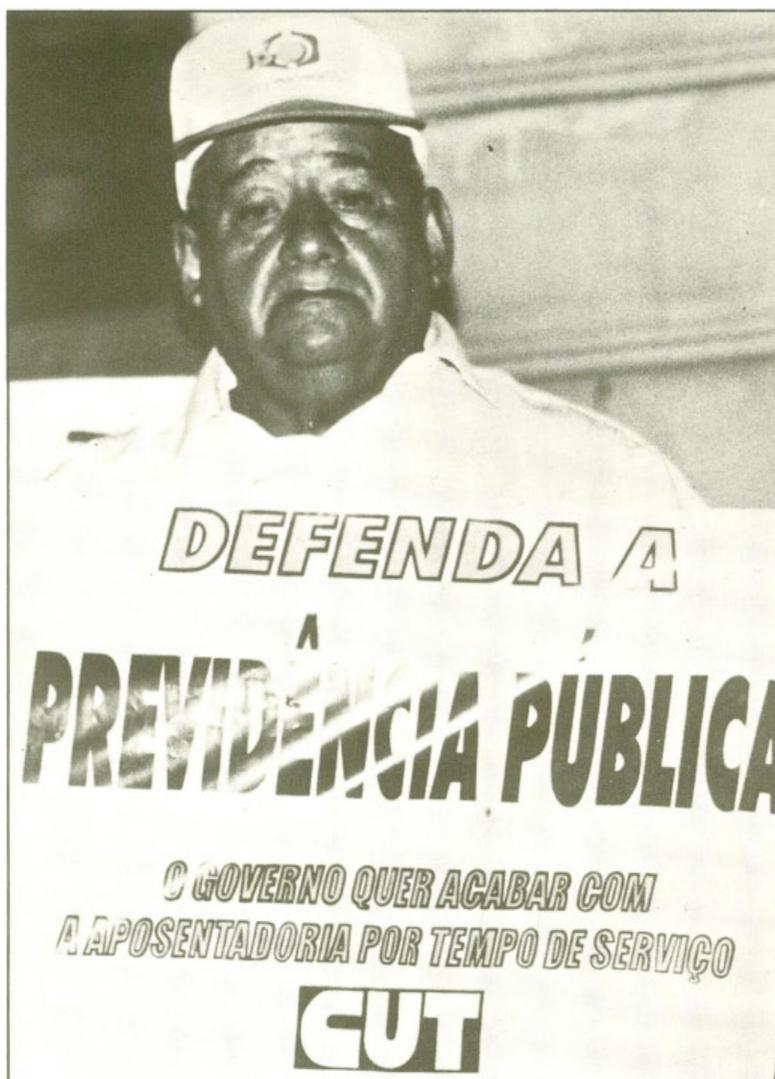
\* Vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet)

## CES, uma ferramenta indispensável

Diante das profundas mudanças no mundo do trabalho e da brutal ofensiva das elites, mais do que nunca é necessária a formação e a elaboração teórica. O Centro de Estudos Sindicais (CES) é uma ferramenta indispensável neste momento de grandes desafios para o sindicalismo.

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico de Betim e Igarapé*

Jailton Garcia



## Quem perde e quem ganha na reforma da previdência

Vladimir Nepomuceno \*

O governo FHC não desistiu do seu projeto de alterar profundamente a previdência social no Brasil. Sua proposta foi bombardeada no primeiro semestre, mas o presidente promete retomar a ofensiva nos próximos meses. A quem interessa esta reforma? Quem está por trás e o que pretende? Quem ganha e quem perde com ela? Essas são algumas perguntas que, se respondidas com sinceridade e honestidade, poderiam causar uma convulsão social no país.

Há aproximadamente uma década que os representantes do governo, ou pessoas ligadas a ele, anunciam a falência da previdência social e insistem na necessidade de sua reformulação. De lá pra cá, de forma cada vez mais intensa, previsões catastróficas dos cavaleiros neoliberais do apocalipse afirmam que se não for feita uma grande reforma, em pouco tempo não haverá mais como pagar os já minguados benefícios e as aposentadorias.

Por que será que quem sempre só se preocupou com o lucro, nunca com os trabalhadores, agora diz ter a salvação para todos? Algumas verdades e reflexões podem nos ajudar a entender melhor o que realmente se passa nos bastidores desta bem montada farsa.

A previdência faz parte, junto com a saúde e a assistência social, do **Sistema de Seguridade Social**, tal como está inscrito na Constituição de 1988. Segundo o texto, a saúde é direito de todos e dever do Estado. O mesmo vale para assistência social. Isto significa que deve ser “prestado a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (1). Já a previdência social é garantida mediante contribuição. Sua organização bilateral coloca a sociedade como a principal contribuinte e o governo como o principal gestor e responsável pela cobertura.

**A Constituição de 1988 superou um atraso de mais de meio século nesta área**

Embora a inclusão da seguridade social na Constituição de 88 seja considerada um avanço para o povo brasileiro - e o é, face ao que havia antes -, isto se deu com bastante atraso. Apenas para se situar no tempo e entender de que forma se chegou ao que existe hoje, vale a pena fazer um pequeno recuo histórico.

O seguro social surgiu na virada do século XIX para o século XX, época de crescimento da organização da classe operária. Foi fruto das lutas sociais reivindicatórias em

defesa de maior proteção e segurança para os trabalhadores e para os que deles dependiam. Durante o governo de Bismark, na Alemanha, surge o Código Federal de Seguros Sociais, primeiro documento legal de proteção social.

Em 1919, ano de criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é aprovada a resolução que diz que o seguro social deve ser estendido aos trabalhadores de todo o mundo. Com as pressões sociais, pequenos avanços vão sendo conquistados através de muita luta. Assim é que, em 1935, nos Estados Unidos, surge pela primeira vez um conceito mais abrangente de que o seguro social é a seguridade social, expressa na Social Security Act, estendida a todos os cidadãos daquele país.

Portanto, o que a pressão do movimento social conseguiu junto aos constituintes que elaboraram a Carta de 88 foi recuperar um atraso de meio século para a classe trabalhadora brasileira. Isto porque no Brasil, até então, o que havia era apenas o seguro social, ou seja, o trabalhador contribuía durante vários anos para receber ao se aposentar.

Uma vez lembrado que os direitos sociais decorrem da luta dos trabalhadores, é preciso enfatizar que o projeto neoliberal não visa apenas a sua retirada. Isto tendo em conta que o sistema de seguridade envolve milhões de trabalhadores, que contribuem com uma parte de seu salário, somada às contribuições (mesmo que com fraude e sonegações) dos empresários. É evidente que isto faz com que circulem gigantescas quantias em dinheiro. E aí está a grande razão da reforma.

Ela objetiva poder pôr as mãos (oficialmente) nas grandes somas movimentadas pela seguridade social, principalmente pela previdência. Esta proposta de reforma ganha corpo num momento de grave crise do sistema capitalista, onde a concentração de renda se agudiza, os mercados vão se escasseando e os grandes grupos começam a acirrar suas disputas. Isto sem a preocupação com as questões sociais, imposta pela existência até pouco tempo do chamado bloco socialista.

**As mentiras e as verdades sobre a alardeada crise da previdência pública**

Para que a operação de tomada oficial do dinheiro do trabalhador - com o fim dos seus direitos - tenha sucesso, sem que se esboce qualquer resistência, os capitalistas internacionais, com o apoio dos seus fantoches nacionais, divulgam as mais descaradas mentiras. E os fatos desmascaram estas farsas.

Em 1985, durante a gestão de Waldir Pires no Ministério da Previdência, o sistema financeiro e o grande empresariado previram com alarde o caos nas contas da previdência num curto espaço de tempo. Na ocasião, a própria Receita Federal, com Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, confessou, em quarenta e oito horas, que grande quantidade de dinheiro da previdência havia sido emprestada com o fim de "mascarar" o déficit do tesouro nacional, facilitando assim as negociações da dívida externa. (2)

Em 90, sendo Antonio Rogério Magri o ministro da Previdência e José Arnaldo Rossi o presidente do INSS, este último propagandeou a privatização do órgão dirigido por ele mesmo. Nesta mesma época, Rossi e Magri juravam não poder conceder o aumento de 147% aos aposentados sob pena de "quebrar definitivamente a previdência". O tempo passou, os 147% foram pagos e a previdência não faliu. (3)

Atualmente, Reinold Stephanes ocupa mais uma vez o cargo de ministro da Previdência. Ele é um dos maiores defensores da destruição da previdência pública, conforme comprovam sua gestão anterior a frente do mesmo Ministério, no governo Collor, e sua postura enquanto deputado federal. Junto com Fernando Henrique Cardoso e Bresser Pereira, faz palestras, seminários e publica artigos divulgando, sem a menor cerimônia, inverdades, fatos e números distorcidos. Como solução, propõe, na prática, a privatização e a redução de direitos.

O presidente da República, em matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo* (08/03/95), anunciava que "o déficit nas contas da previdência são crescentes. De R\$ 400 milhões em 1993, deve saltar para R\$ 3,2 bilhões este ano." (4) Já o ministro da Previdência aponta em palestras uma previsão de deficit de R\$ 3,5 bilhões para 95. Além de não haver acordo entre os números (300 milhões de reais de diferença), a verdade é outra.

Em 1992, a previdência fechou o ano com um saldo em caixa de R\$ 1,6 bilhão (5). Em 1993, no dia 31 de dezembro, o saldo em caixa era de R\$ 1,5 bilhão (6). Em 1994, o saldo em caixa no fechamento do ano foi de R\$ 1,8 bilhão. (7) E para se ter claro que nem a previsão de FHC e nem a de Stephanes é real, o saldo em caixa até o dia 28/02/95 era de R\$ 2,009 bilhões. (8)

**A manipulação serve para arrochar os benefícios e encobrir fraudes e desvios**

O descaramento com as mentiras é tão grande que o ministro afirmou recentemente que a "previdência deve gastar R\$ 12 bi com servidores inativos do Executivo, Judiciário e Legilastivo". (9) É no mínimo absurdo um ministro da Previdência fingir ignorar que "as aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais serão custeados com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores, na forma da Lei" (10), como diz a Constituição Federal e a Lei 8.688/93. (11)

Outro argumento utilizado para justificar a reforma da previdência é a relação entre trabalhadores ativos e aposentados. Em documento elaborado pelo ministro Bresser Pereira, para fazer proselitismo em favor da reforma constitucional, alega-se que "nos anos 50 essa relação (ativos/aposentados) era de 8 para 1; hoje é de 2 para 1; em breve será de 1 para 1 e o sistema estará inviabilizado". (12)



Mais uma vez há discordância no que fala o presidente e os seus ministros. FHC coincide com apenas uma parte do que diz Bresser. Segundo ele, “na década de 50 cada beneficiário era sustentado por 8 contribuintes, hoje a relação é de 1 para 2”(13). Mesmo que o erro seja apenas de inversão, a verdade, mais uma vez, é bem diferente. Na realidade, existem hoje 30 milhões de trabalhadores empregados contribuindo e outros 6 milhões como contribuintes individuais, perfazendo um total de 36 milhões de contribuintes.

Já os aposentados e pensionistas beneficiados são 9 milhões - o que dá uma relação real de 4 para 1(14). Na sua conta espúria, o governo junta os aposentados e pensionistas que contribuíram (os 9 milhões), com os que não contribuíram (6,2 milhões de beneficiários da Assistência Social) e que simplesmente não usam o dinheiro da previdência. Segundo especialistas em atuária, a proporção real de 4/1 é suficiente para manter o sistema.

Na realidade, as manipulações dos números da previdência são para ocultar algumas questões sérias. Primeiro, tentar justificar o pagamento de valores extremamente baixos para beneficiários. Segundo, para encobrir os desvios de dinheiro para outros fins. Além disto, o governo não divul-

ga a verdade sobre as fraudes e sonegações, não apresentando propostas concretas para seu combate. Também não fala em cobrar do sistema financeiro, que é quem arrecada, aplica o dinheiro no mercado e só depois repassa para o INSS.

Ao ser analisado o valor arrecadado e o que deve ser pago de acordo com a lei, conclui-se que, sem nenhum problema de quebra, daria para pagar aposentadorias, pensões e outros benefícios em valores bem mais elevados.

O crime com o dinheiro da previdência, que sempre foi negado pelo governo, é a sua utilização em outras atividades e grandes obras. É sabido que foi com esse dinheiro que se construiu a Companhia Siderúrgica Nacional, Brasília, ponte Rio-Niteroi, Itaipú Binacional, rodovia Transamazônica, entre outras obras. É também sabido que boa parte da arrecadação previdenciária é usada para pagar juros das dívidas externas e internas (15).

**Um milhão de empresas não repassam o dinheiro para os cofres do INSS**

Na outra ponta, existem as fraudes e as sonegações. Se devidamente combatidas,

elevariam brutalmente a arrecadação. O governo sabe disto e, no entanto, nada faz. As receitas da previdência representam entre 60 e 65% do potencial existente. Ou seja, de cada R\$ 10 devido, apenas R\$ 6,00 chegam aos cofres do INSS. Em 1994, a arrecadação total foi de R\$ 22,2 bilhões. Se fosse atingido todo o potencial arrecadador, a receita do INSS poderia atingir R\$ 30 bilhões.

Das 3,5 milhões de empresas cadastradas hoje no registro de CGC da Receita Federal, apenas 2,5 milhões contribuem. Isto significa que um milhão de empresas não recolhem para Previdência Social. (17)

Quanto à fiscalização, o INSS possui apenas 4 mil profissionais no país para fiscalizar as 3,5 milhões de empresas, dando uma média de 1 fiscal para cada 900 empresas (18). Em 1994 foram fiscalizadas 144 mil empresas e emitidos 75.255 notificações de débitos. Em média, de cada 2 empresas fiscalizadas, uma foi notificada. Foram emitidas 315 notificações por dia de trabalho, gerando R\$ 5,8 bilhões de recolhimento e de confissões de débitos em 1994. (19)

A mentira sobre a falência da previdência se confirma quando o governo FHC publica no Diário Oficial, em 08/03/95, autorização para a retirada de recursos do caixa da Previdência para cobrir déficit do Tesouro, que teria atingido 1,7 bilhão em fevereiro. (16) Além disto, a MP revoga o artigo 16 da lei de custeio da previdência acabando com a obrigação do governo de cobrir eventuais déficits da previdência. Afinal, se ela está falida, por que editar essa MP?

Como se observa, mesmo com toda a sonegação e fraude, a previdência é uma galinha de ovos de ouro. Em toda a América Latina sua arrecadação só perde para o imposto de renda brasileiro. As mentiras e as atitudes dos governantes evidenciam que nunca existiu crise. E caso houvesse, bastaria combater com seriedade a fraude e a sonegação, cobrar do sistema financeiro que não paga. Bastaria, também, interromper o desvio de dinheiro para outros setores que nada têm a ver com a previdência e para o pagamento de juros da dívida externa.

**Projeto neoliberal busca repassar às empresas o que há de lucrativo no setor**

Sendo a previdência, mesmo com os seus problemas, um sistema gerador de bilhões de reais, o projeto neoliberal busca simplesmente repassar à iniciativa privada o que ainda existe de lucrativo. Para atingir seus objetivos, o capitalismo internacional precisa de garantias para que, mesmo que mude a linha do governo nos países dependentes, seus interesses continuem preservados.

Nesse rumo é que insistem na alteração das legislações internas, inclusive nas constituições. Daí, desde que foi promulgada a Constituição Federal em 88, que se busca alterá-la, tirando os obstáculos aos interesses dos grandes grupos. Assim é em todos os setores que garantem um mínimo de soberania nacional e também na previdência. O custo dessa reforma para os trabalhadores é altíssimo.

A primeira questão é acabar com o conceito de seguridade, mantendo apenas o seguro social. Para isto, o governo - fiel cumpridor das ordens do Consenso de Washington - propõe a retirada da Constituição a saúde e a assistência social, usando para a saúde o artifício de incluir no texto constitucional a expressão "nos termos da lei". Desta forma, remete para uma lei, que pode ser manipulada, a definição de "direito de todos e dever do Estado".(20)

Entre alguns dos principais pontos, a reforma acaba com a aposentadoria por tempo de serviço, vigorando uma combinação entre o tempo de contribuição e a idade. Uma das fórmulas estudadas é a chamada fórmula 95. Por ela, a soma do tempo de contribuição mais a idade tem que ser igual a 95. Como exemplo, um trabalhador se aposentará com 60 anos se tiver 35 anos de contribuição, ou 55 anos de idade mais 40 de contribuição. Vale lembrar que se forem extintas todas as aposentadorias por tempo de serviço, o "lucro" será de 0,5% ao ano, ou seja 10% em 20 anos. O que não resolveria nenhuma crise.

Outro ponto é a tendência ao fim da aposentadoria especial, que é concedida aos segurados que exercem atividades perigosas, penosas ou insalubres. Ela não se justifica, uma vez que o ganho com sua total extinção seria bem menor do que com o fim da aposentadoria por tempo de serviço. Essa proposta serve mais para disseminar a discórdia entre os trabalhadores. Pretende-se também modificar o período de cálculo do salário benefício, hoje em 36 meses, para 8 ou até 10 anos. Essa medida apenas tende a baixar o valor do benefício.

A gradativa unificação dos regimes, juntando os servidores públicos com os demais trabalhadores, é outra proposta enganosa. A unificação, por princípio, não é errada. Mas não nivelando por baixo, quando o correto seria nivelar por cima. O que se propõe é retirar os avanços conquistados pelos servidores e não estendê-los aos demais trabalhadores. Hoje, os idosos e deficientes físicos, que não contribuíram para a previdência, têm direito a um benefício mensal no valor de um salário mínimo. Pela proposta do governo, acaba a vinculação, podendo ser pago valor inferior ao mínimo.

**Alterações na legislação e propostas de reforma só prejudicam os trabalhadores**

Além da Constituição, o projeto de reforma atinge também a previdência via legislação ordinária. Foi o que aconteceu com a aprovação da lei que elevou o salário mínimo para R\$ 100,00. Na lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, apenas o artigo primeiro fala do aumento do valor do salário mínimo. Do artigo 2º ao 4º, altera diversos itens das leis de custeio (8.212/91) e de benefício (8.213/91) da Previdência Social. Com esta lei, algumas coisas já começaram a mudar:

\* torna-se quase impossível alguém, que ganhe na justiça contra a previdência, conseguir receber seus direitos;

\* obriga o aposentado que volta a trabalhar a contribuir para a previdência, o que é

errado se não tiver uma faixa de isenção. Isto porque a maioria dos aposentados que volta ao trabalho é para completar a renda por receber valores irrisórios de aposentadoria, quando deveria estar gozando o merecido descanso;

\* acaba a contagem de tempo de serviço dos filhos menores no regime de economia familiar. Isto pode ser considerado, na melhor das hipóteses, como mais uma restrição ao trabalho rural, pois quebra o conceito de economia familiar;

\* o filho menor emancipado perde o direito de dependente. Também um erro, pois é comum, nas camadas mais baixas, a emancipação como complemento salarial na família;

\* tira o direito do preso, que exerce atividade remunerada, receber auxílio acidente em caso de acidente de trabalho;

\* impede a contagem de tempo de serviço prestado no campo, anterior à contribuição para a aposentadoria. Pelo seu próprio texto é um absurdo;

\* o tempo de exposição ao agente nocivo tem que ser ininterrupto. O trabalhador que deixar de ser submetido por certo tempo ao agente nocivo, para depois retornar a atividade insalubre, penosa ou perigosa, perde o tempo contado anteriormente. Significa, em muitos casos, condenar o trabalhador a morte;

\* a definição das atividades e agentes nocivos passa a ser feita pelo Poder Executivo. Isto é inaceitável, pois a definição deve passar pelo Congresso Nacional, a partir de estudos de organismos nacionais e internacionais de saúde - e não pelo Presidente da República;

\* cessa o direito do filho emancipado a receber pensão por morte. Além do já exposto sobre o filho menor emancipado, o reflexo financeiro é totalmente inexpressivo;

\* extingue o limite de idade para exigência de exames periciais dos aposentados por invalidez, sendo feitos periodicamente enquanto durar o benefício. Entre outras alterações, se o contribuinte foi aposentado por invalidez não deveria necessitar de exame pericial, ainda mais depois de certa idade.

**O exemplo do Chile serve para atijar o apetite dos grupos monopolistas**

Enfim, nenhuma melhoria para os trabalhadores nas leis já alteradas, nem na proposta de mudança na Constituição. Só prejuízos!

Na prática, o projeto do governo visa transformar a contribuição para a previdência em uma poupança, não atendendo mais aos seus objetivos sociais. Ao reduzir o teto de contribuições e de benefícios, remete para a previdência privada a maioria dos recursos que deveriam custear o sistema público. Com o fim de muitos benefícios e a redução de outros, mais o aumento das facilidades e incentivos para o crescimento das empresas de previdência privada, está pronto o banquete dos capitalistas internacionais.

Reduzindo o teto de contribuições para três, ou no máximo cinco salários mínimos, a maior parte da arrecadação é dada de presente aos fundos privados de previdência. A partir daí, podemos ver a versão brasileira do que já aconteceu no Chile. Neste país, onde projeto igual foi aplicado, 40% da população foi totalmente excluída, não tendo direito a nenhum tipo de previdência. Isto por não ganharem salários que os façam serem aceitos nos fundos privados.

Além disso, o sistema público de previdência no Chile está falido, já que a arrecadação que o sustentava não existe mais. Atualmente 60% do produto interno bruto (PIB) pertence aos fundos privados de previdência. O que significa que seis em cada 10 dólares produzidos naquele país vão para as empresas de previdência privada - obviamente não nacionais.

No Brasil, as empresas privadas do ramo se preparam para abocanhar a parte lucrativa da previdência. Segundo o *Jornal do Brasil* de 05/02/95, "cresce a mobilização das empresas de previdência privada e dos fundos de pensão para abocanharem sua fatia no mercado de 10 milhões de trabalhadores que

estarão aptos a participar de programas complementares."(21)

As duas maiores empresas, a Bradesco Previdência e a Prever (Unibanco, Nacional e Bamerindus), que detêm 75% do setor de entidades abertas, estimam fechar o ano de 95 com um crescimento fabuloso, graças as reformas propostas. A Bradesco Previdência pretende passar sua carteira de US\$ 1,6 bilhão para US\$ 2,9 bilhões até o fim do ano, enquanto a Prever estima passar de US\$ 260 milhões para US\$ 520 milhões sua carteira no mesmo período.

**Urgente a mobilização dos trabalhadores em defesa dos direitos sociais**

Diante de uma realidade tão assustadora, onde a mesa de banquete dos ricos só aumenta enquanto a marmita dos pobres se esvazia, a única alternativa para o trabalhador é a luta. Este artigo em momento algum pretendeu esgotar as discussões sobre o assunto. Entretanto, teve por objetivo dar um alerta sobre a necessidade urgente da defesa dos direitos sociais conquistados com muita luta durante anos.

O governo adiou, por pouco tempo, o fechamento da reforma da previdência social - apenas por uma questão estratégica. Nenhum ponto da proposta foi retirado. Mas, o que interessa, é que ela ainda não foi votada, o que indica que há tempo para a mobilização e resistência dos trabalhadores. Apesar do contido na lei sobre o salário mínimo alterar substancialmente a previdência, ainda se pode fazer muito pela recuperação dos direitos dos trabalhadores.

É preciso ampliar a discussão sobre o tema na sociedade, promovendo e participando de fóruns e debates, esclarecendo e alertando os menos avisados. Devemos, por fim, lutar pela retirada das propostas de emenda constitucional, pela revogação dos artigos da lei nº 9.032/95, que deformam a previdência, e pela retirada dos projetos, me-

didadas provisórias, decretos e outras armadilhas que inviabilizam a previdência social pública no Brasil.

## NOTAS

- 1- **Constituição Federal**. Artigo 203 - definição de assistência social
- 2- **Previdência Social - Quadro Atual e Perspectivas**. GT Previdência Social/CUT, Brasília, 03/95
- 3- Idem
- 4- **O Estado S.Paulo**. 08/03/95, pág. 5
- 5- **Informe da Previdência Social**. MPS/BSB, volume 6, nº12, dez/94
- 6- Idem
- 7- **Informe da Previdência Social**. MPS/BSB, volume 7, nº1, jan/95
- 8- Fluxo de caixa do INSS, **O Globo**, 10/03/95, pág. 5
- 9- **Folha de S.Paulo**. 21/02/95, pág. 1-10. **O Estado S.Paulo**, 10/03/95, pág. B-4
- 10- **Emenda Constitucional nº3, de 1993**. Art. 40, parágrafo 6º (DOU, 18/03/93)
- 11- Lei 8.688, de 21/07/93 (DOU, 23/07/93)
- 12- **A Reforma do Aparelho do Estado e a Constituição Brasileira**. Luiz Carlos Bresser Pereira, jan/95, revisado em abril
- 13- **Correio Brasiliense** 08/03/95, pág.11 (Política)
- 14- MPS/BSB - Maciça de Pagamentos de Benefícios, jan/95
- 15- Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), intervenção no Seminário Nacional dos Empregados da CEF, de 17 a 21 de maio de 1995, Brasília
- 16- **MP 935/95: Cai a máscara do governo FHC**. GT Previdencia Social/CUT, Brasília, 03/95
- 17- **Informe ANFIP**, 03/95
- 18- Idem
- 19- Idem
- 20- PEC 32/95
- 21- **Jornal do Brasil**. 05/02/95, pág.4 22- Idem

\* Diretor da Fenasp (Federação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade e Previdência) e do DNTSS/CUT (Departamento Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social).

## UMA ENTIDADE SÉRIA E PLURALISTA

*O Sinpro/Campinas, que sempre participou das atividades de formação promovidas pelo CES, não poderia se omitir no aniversário de 10 anos desta entidade. Pela sua seriedade e postura ampla, o CES merece o respeito e o apoio do conjunto do sindicalismo brasileiro.*

**Sindicato dos Professores de Campinas**

# Greve dos petroleiros desmascara o governo

Fátima Viana \*

**É inegável que o governo tem vencido na reforma constitucional. Cabe, então, indagar qual a relação existente entre esta vitória do governo e a greve dos petroleiros. Mais ainda. Como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi praticamente impotente para desencadear um movimento em defesa dos interesses nacionais, cabe principalmente discutir qual o papel de uma central sindical.**

*“É um erro classificar a ofensiva e defensiva da greve segundo o tempo, e não pela análise de cada movimento concreto, e da atitude do sindicato e dos trabalhadores para com o mesmo. Contra os efeitos do capitalismo, tanto se pode lutar com a defensiva como com a ofensiva”.* **D. Losovsky**

Este artigo tem o objetivo de fazer uma reflexão sobre a greve dos petroleiros, ocorrida em maio de 1995. Trataremos do assunto em três momentos: a) no momento dos acordos coletivos da campanha salarial de 1994 dos trabalhadores em empresas estatais; b) no momento de decisão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) referente a convocação da greve de maio de 1995; c) durante a greve dos petroleiros, em suas diferentes fases.

Os acordos coletivos, firmados entre os trabalhadores de estatais e o governo, por ocasião da campanha salarial de 1994, não foram cumpridos em sua totalidade. No caso

dos petroleiros, o governo não autorizou o ajuste de interníveis, o que implicaria num reajuste de 12% em média. Este fato e a proximidade da votação da reforma constitucional, enviada ao Congresso Nacional pelo presidente FHC, levaram estas categorias a discutir a retomada da jornada de luta, agora de forma unificada.

A plenária nacional ampliada da CUT, realizada em março de 95, decidiu convocar a greve do conjunto dos trabalhadores das estatais e dos servidores públicos federais “contra o arrocho e as reformas neoliberais de FHC”. Para tanto, a plenária organizou e entregou ao governo uma pauta unificada, exigindo o cumprimento dos acordos coletivos e a retirada das propostas de emenda à Constituição. Estabelecia, assim, o caráter da greve, dado que o atendimento da pauta implicaria em modificações na política do governo.

No debate desenvolvido acerca da temporalidade da greve foi possível verificar a

existência de duas posições: uma defendendo a greve por tempo indeterminado e outra por tempo determinado. Os petroleiros ligados à Corrente Sindical Classista (CSC) defenderam a greve por tempo determinado, rumo à greve geral, por entender que as dificuldades enfrentadas durante as campanhas salariais de 94 estavam relacionadas à política econômica de aprofundamento do arrocho salarial, bem como reconheciam a necessidade de barrar o processo de reforma do governo, marcado para maio de 95.

No debate, os petroleiros da CSC foram vencidos com a aprovação da greve por tempo indeterminado. A proposta aprovada se fundamentava na compreensão imediatista e economicista, que desprezava a realidade e restringia a luta dos trabalhadores às questões econômicas. A decisão foi encaminhada nacionalmente, respeitando-se a unidade dos trabalhadores.

### **Um abuso: o TST desprezou o acordo de 1994 e ainda declarou a greve abusiva**

A greve foi deflagrada no dia 3 de maio de 1995 e, logo depois, foram instaurados os dissídios. Em 5 de maio, a CUT realizou nova plenária ampliada, e desta vez tomou a decisão de ingressar no processo da reforma constitucional. Cabe investigar até que ponto a nova decisão da central influenciou no esvaziamento da greve unificada, uma vez que, no mesmo período, verificou-se o fim da greve dos eletricitários, ferroviários, previdenciários, servidores das universidades, e a não retomada da greve nos telefônicos, para citar apenas alguns exemplos.

Com o julgamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em 9 de maio, declarando a greve abusiva, desconsiderando a pauta específica de cumprimento do protocolo assinado com os petroleiros, em 25 de novembro de 1994, e ameaçando os sindicatos de pesadas multas, a categoria reagiu mantendo a greve e elevando o nível de participação, assunto a ser tratado num outro artigo.

O governo tentou, pela terceira vez, dobrar e humilhar os trabalhadores brasileiros em luta, como fizera em outubro e novembro por ocasião da campanha salarial de 1994. A reação ao TST e à orientação política e econômica do governo passaram a compor uma nova motivação da luta em curso. A partir de então, a greve passou por nova fase, caracterizada agora pelo sentimento de resistência.

### **A maior demonstração de resistência do movimento sindical na década de 90**

No momento de resistência, a greve dos petroleiros enfrentou com determinação o poder dos meios de comunicação, expresso através da mídia; o anúncio das demissões; e as ameaças do judiciário. Tudo isso ocorria ao mesmo tempo em que a greve canalizava o descontentamento dos diversos setores contrários à política do governo, vide as inúmeras manifestações de apoio dos setores organizados da sociedade civil.

Como demonstração de força, o governo promoveu a invasão das refinarias pelas Forças Armadas, aguçando ainda mais o sentimento de resistência. Naquele momento, a categoria já começava a identificar a tendência ao isolamento e a necessidade de uma resposta do conjunto do movimento sindical. Afinal, a luta dos petroleiros se transformara na luta de todos os trabalhadores, que se encontravam fora do movimento, talvez por falta de organização e direção.

Ainda na greve de resistência, observou-se que, a cada medida de pressão, o movimento se fortalecia no interior da categoria. A suspensão do pagamento dos salários representou novo momento de dificuldades, somente superado com a unidade dos petroleiros e a solidariedade dos trabalhadores, organizada através de atos, passeatas e arrecadação de alimentos. O TST julgou a greve dos petroleiros pela segunda vez, em 26 de maio, reafirmando a sentença anterior. No-

vamente, os petroleiros resistiram e somente após 30 dias, sem que o reforço de uma paralisação organizada pela CUT acontecesse, a greve foi encerrada.

### **A opção pela greve por tempo indeterminado foi um equívoco economicista**

A greve dos petroleiros foi a maior demonstração de resistência do movimento sindical na década de 90. Reuniu e possibilitou discussões, posicionamentos e ações que precisam ser avaliadas de forma a se extrair as lições possíveis.

A conjuntura desfavorável, em decorrência da vitória eleitoral recente do governo, entre outros fatores, não permitiu, como ainda não permite, mobilizações isoladas e específicas. Assim, a luta naquele momento deveria ter por objetivo o enfraquecimento da política governamental.

Ao definir a greve por tempo indeterminado, as direções sindicais inviabilizaram a greve unificada, mesmo mantendo o slogan, e adiaram a construção da luta mais geral. Isto porque a greve por tempo indeterminado se particulariza num conflito, mediado pelo TST, entre os funcionários e a direção de uma determinada empresa.

Foi neste contexto que a greve dos petroleiros se transformou numa luta de resistência do movimento sindical brasileiro, mesmo não sendo capaz de obter o atendimento da pauta reivindicada.

Os petroleiros, em sua luta, demonstraram a possibilidade e a necessidade de lutar contra a orientação política e econômica do governo. Mostraram, também, a artificialidade da luta puramente economicista, pois ao lutar por questões salariais, os trabalhadores se deparam com a política econômica geral, a exemplo das campanhas salariais de 94 e da última greve dos petroleiros.

A greve se constituiu numa tribuna pública de debate e de denúncias, quando ocorreu a divulgação do importante manifesto do

general Andrade Serpa, convocando os militares a reagir à política “entreguista e anti-nacional do governo FH”, e também o encontro de Lula/Brizola, enquanto lideranças políticas mais expressivas de oposição, com influência destacada no movimento popular.

A greve contribuiu ainda para revelar a verdadeira face do governo, bem como o caráter da Justiça do Trabalho. O governo se utilizou de todo o aparato repressivo do Estado, chegando à invasão das refinarias, mostrando à população sua face autoritária, antidemocrática e antipopular. A Justiça do Trabalho, como parte do aparato repressivo, negou-se a si própria, ao desconsiderar documento assinado em 1994 naquele tribunal, além de ameaçar o fechamento dos sindicatos, cobrando multas ilegítimas pelo exercício do direito constitucional de greve.

### **Paralisação se transformou numa tribuna de denúncia contra o entreguismo de FHC**

O desgaste do governo se tornou visível na sua incapacidade de evitar a greve e na resistência dos petroleiros. É bem verdade que a categoria não conseguiu o atendimento da sua pauta de reivindicações, mas a retomada das negociações foi uma imposição da realidade.

Por outro lado, o governo foi vitorioso na reforma constitucional. Poderíamos, então, indagar sobre a existência de alguma relação entre esta vitória do governo e a greve dos petroleiros. A insuficiência não é mérito da categoria, mas fruto da ausência de uma ação articulada do conjunto do movimento sindical brasileiro e das forças de oposição. Assim, se credita a vitória do governo.

Faltou à greve dos petroleiros uma central sindical capaz de superar os limites da luta corporativa e economicista e também a articulação política das forças de oposição. A CUT não foi capaz de desencadear uma ação em defesa dos interesses nacionais a partir da mobilização dos petroleiros, que

mesmo com o esvaziamento da greve unificada deram continuidade ao movimento.

**A direção da CUT e líderes do PT descreveram a greve como inoportuna e economicista**

Há ainda a necessidade de se explicar ao conjunto dos petroleiros e dos trabalhadores as declarações de isolamento e desmobilização feitas pelo presidente da CUT e por lideranças do Partido dos Trabalhadores, na última semana da greve, tentando caracterizar a luta de resistência como puramente economicista e inoportuna.

Os petroleiros foram bravos e heróicos, mas não podiam substituir o conjunto do movimento sindical, cumprindo o papel de uma central, nem tão pouco a luta e o papel dos partidos políticos. Os petroleiros se equivocaram no encaminhamento da greve por tempo indeterminado. Porém, ao realizarem a luta de resistência, criaram novamente condições para que a CUT organizasse a luta geral.

A predominância, no interior da central, de uma visão economicista e colaboracionista, não permitiu uma resposta ao apelo dos petroleiros. Essa situação mostrou que discutir as concepções existentes no movimento popular e o papel de uma central é um dos desafios do sindicalismo brasileiro.

\* Diretora do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Norte e monitora do CES



Beto Garavello

# O (péssimo) exemplo de Reagan e Thatcher

José Carlos Ruy \*

Para impor seu plano anti-nacional, anti-popular e anti-democrático, Fernando Henrique Cardoso precisava derrotar o movimento sindical e colocar os trabalhadores na defensiva. Exatamente como Reagan e Thatcher, pioneiros na aplicação do modelo neoliberal, fizeram em seus países, ao enfrentar greves daqueles que não se conformavam em pagar a conta da crise do capitalismo

A truculência com que Fernando Henrique Cardoso tratou os petroleiros em greve, no último mês de maio, não é nova no Brasil. Os militares de 1964 e, antes deles, quase todos os governos republicanos (com a exceção notável dos governos de João Goulart, a nível nacional, e de Miguel Arraes, em Pernambuco, no começo dos anos 60) usaram métodos semelhantes: descumprimento de acordos, obtenção de sentenças judiciais para legitimar o uso da repressão, ameaças de demissão, mobilização da polícia e do Exército contra trabalhadores a pretexto de defender o patrimônio das empresas e a “liberdade” dos eventuais fura-greves.

Fernando Henrique Cardoso não inovou em nada em relação ao velho arsenal que as elites sempre usaram contra os trabalhadores. O que talvez seja novidade, no caso desta greve, é o fato dos petroleiros terem sido empurrados para um movimento do tipo tudo ou nada, onde qualquer concessão do gover-

no poderia aparecer como uma derrota, devido à necessidade do governo colocar o movimento sindical e operário na defensiva logo no começo da sua aplicação do programa neoliberal.

Mas mesmo neste ponto, a novidade é apenas relativa. Fernando Henrique apenas copia e adapta para as condições brasileiras lições de truculência aprendidas com os pioneiros na aplicação do projeto neoliberal, os governos Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Inglaterra.

**Reagan reprimiu a greve dos aeroviários e acabou com a Justiça do Trabalho nos EUA**

Reagan e Thatcher significaram uma importante inflexão à direita nos governos de seus países. E, para impor seu programa mar-

cadamente anti-popular e anti-democrático, tiveram que quebrar a espinha dorsal do movimento sindical nos EUA e na Inglaterra. Objetivo semelhante ao de Fernando Henrique ao radicalizar o tratamento da greve dos petroleiros: os governos neoliberais precisam “limpar a área”, eliminar os focos de resistência popular, para depois poderem aplicar seu plano nefasto.

Reagan foi rápido e, logo no começo de seu governo, mostrou as garras para os trabalhadores. Em 1981, a violência da repressão à greve dos controladores do tráfego aéreo fixou aquilo que seria a norma dos governos republicanos no tratamento de movimentos de trabalhadores: repressão, demissões, processos judiciais, desmoralização dos sindicatos. “Métodos brutais, com efeitos semelhantes ao soco inglês, floresceram”, diz a escritora norte-americana Barbara Ehrenreich.

Entre 1986 e 1988, três organizadores de sindicatos da área de Nova York, meus conhecidos, apanharam de bandidos pagos por empresas. Dois operários do Queens que participaram de uma ofensiva organizada levaram coronhadas dos donos da fábrica, diante de seus companheiros. A administração Reagan deu o tom das relações trabalhistas, nos anos 80, ao arruinar o Pacto, o Sindicato dos Controladores de Tráfego Aéreo, em 1981. A administração fez o mesmo e acabou com a Segurança no Trabalho, a Assistência à Saúde e o Comitê Nacional das Relações no Trabalho, que garantiam proteções legais mínimas ao trabalhador” (1). Isto é, Reagan acabou com a legislação trabalhista e com a Justiça do Trabalho.

O sindicalismo americano, que há décadas era um parceiro fiel dos patrões capitalistas nos EUA e nas incursões do governo e das empresas americanas contra a livre organização dos trabalhadores no mundo, passou a viver uma crise séria. Ela já vinha dos anos anteriores, mas aprofundou-se depois da ofensiva neoliberal comandada por Ronald Reagan. Em 1985, ela era reconhecida por Steve Early, um advogado sindical que escreveu no **New York Times** que “o movi-

mento trabalhista americano vive sua pior crise desde a década de 20”.

Desde 1981, os reajustes salariais tiveram uma queda acentuada. Naquele ano, eles eram, em média, 9%; em 1985, a média caiu para 4% (2). A queda no número de trabalhadores sindicalizados foi uma consequência quase imediata dessa situação. Nas décadas anteriores, mais de 30% dos trabalhadores americanos eram filiados a sindicatos. Em 1986, o número de trabalhadores americanos sindicalizados havia caído para 17,5%. “A era Reagan teve um efeito devastador sobre o movimento sindical do país”, assinalou em 1987 o correspondente da **Folha de S. Paulo** em Nova York (3).

**10 mil presos, 700 mil sem empregos, 4 mil processos: Thatcher entra em ação**

Reagan foi um mestre na repressão, mas quem fixou o modelo em definitivo foi, sem dúvida nenhuma, Margareth Thatcher, que governou a Inglaterra com mão de ferro para o povo e punhos de seda para os ricos durante toda a década de 80. “Já em 1980”, diz o historiador Augusto Cesar Buonicore, “ela busca restringir as paralizações de solidariedade. Retoma o sistema de aviso-prévio para a decretação de greve e a votação secreta. Inicia uma ofensiva propagandística contra os sindicatos e Thatcher não se intimida em utilizar a repressão aberta”(4).

Quando os mineiros ingleses, uma das principais categorias operárias do país, levantaram-se em defesa contra os atentados do governo conservador, em março de 1984, Margareth Thatcher pode demonstrar toda sua fúria anti-operária. A greve durou um ano, terminando em março de 1985. Mais de 10 mil trabalhadores foram presos, 4 mil processados e 700 mil demitidos. A derrota não foi só dos mineiros, mas de todos os trabalhadores. Ela representou um severo retrocesso para todo movimento sindical britânico: entre 1979 e 1990, o número de dias parados caiu de quase 30 milhões ao ano para

cerca de 2,5 milhões nos primeiros oito meses de 1990 (5).

Até mesmo políticos conservadores ficaram chocados com a despudorada atuação do governo da “dama de ferro”. Harold MacMillan, o velho líder conservador, então com 90 anos de idade, num discurso no Parlamento, considerou o thatcherismo uma radicalização de extrema direita, com seu desprezo pelos problemas sociais. “O velho estilo inglês foi sempre o de lutar e batalhar”, disse ele. “Mas eram combates onde nunca se perdia um certo sentido de brigas amistosas. Só posso descrever como horrível o ódio que se introduziu hoje na sociedade inglesa e se pode encontrar nos diversos tipos de pessoas”.

\* Jornalista e integrante da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

O deputado trabalhista Tony Benn, por sua vez, acusou Thatcher, no livro **Argumentos pela democracia**, de aplicar dentro da Inglaterra “o mesmo princípio aplicado pelo Império Britânico nos países dominados”, transformando o povo inglês “na última colônia do Império Britânico” (6).

## NOTAS

- 1- Ehrenreich, Barbara, **O Medo da Queda - Ascensão e Crise da Classe Média**, Editora Scritta, S. Paulo, 1994, p. 246/247
- 2- Pilagallo Filho, Oscar, “Sindicalismo Americano em Crise”, **Folha de S. Paulo**, 27/1/1985
- 3- Sá, Nelson de, “Sindicalismo dos EUA tenta superar efeitos da era Reagan”, **Folha de S. Paulo**, 1/11/1987
- 4- Buonicore, Augusto Cesar, “A conturbada história do movimento sindical e do trabalho na Inglaterra”, **Debate Sindical** nº 15, novembro e dezembro de 1994/janeiro de 1995, p. 57
- 5- Ruy, José Carlos, “Thatcher: roupas novas para velhas idéias”, in **A classe Operária**, nº 55, dezembro de 1990
- 6- Castro, Paulo de, “O thatcherismo e a greve dos mineiros ingleses”, **Folha de S. Paulo**, 13/12/1984

## FORJANDO A CONSCIÊNCIA CLASSISTA

*De há muito que o CES contribui para o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelo Sinpro de Minas Gerais. Com seus cursos, palestras e artigos na revista Debate Sindical, a entidade tem ajudado a forjar a consciência classista. Os nossos parabéns nestes 10 anos de atividades!*

**SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

# Força Sindical afunda num mar de corrupção

Guiomar Prates \*

“Governo investe alto em Medeiros”. A chamada não é de um jornal da CUT nem de maio de 1995, quando Luiz Antônio Medeiros, mobilizando alguns gatos pingados em apoio às reformas constitucionais, conseguiu grandes espaços na mídia. É do *Jornal do Brasil* de 21 de julho de 1991. Ela mostra bem a trajetória desde “sindicalista”, presidente da Força (farsa) Sindical, agora também envolvido em denúncias pesadas de corrupção.

O que era apenas uma desconfiança, agora assume o caráter de denúncia e vem de dentro da Força Sindical. Wagner Cinchetto, ex-assessor de Medeiros, brigou com o chefe por dívidas que, segundo ele, não foram pagas, e resolveu botar a boca no trombone. Acusa Medeiros de receber dinheiro de empresas multinacionais, via esquema Collor, e de remessa ilegal de dólares para o exterior.

As denúncias de Wagner Cinchetto, num primeiro momento, repercutiram na imprensa, particularmente no jornal **Folha de São Paulo**, que noticiou o caso com exclusividade no dia 24 de março desse ano. Mas depois, caíram no esquecimento. Coincidentemente, no momento em que Medeiros se esforçava para defender a revisão da Constituição.

A Força Sindical foi criada para ser um contraponto à CUT. Já nasceu com o cordão umbilical ligado ao patronato e, por isso,

sempre foi muito bem tratada pelo governo. Diz o **Jornal do Brasil** de 21 de junho de 1991:

“A desenvoltura com que o sindicalista Luis Antônio de Medeiros trafega nos gabinetes do governo - e obtém verbas para as entidades que dirige - está começando a despertar a reação de seus adversários no meio sindical. Nas últimas semanas, Medeiros conseguiu levantar quase Cr\$ 1,5 bilhão em diferentes órgãos federais, gerando nas fileiras da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a suspeita de que está em andamento uma estratégia para fortalecer a Força Sindical, a central fundada por Medeiros no início deste ano. A manobra teria o objetivo de minar o poder da CUT, que é ligada ao PT, controla a maior parte dos sindicatos de servidores públicos e é ferrenha adversária do governo e de sua política econômica”.

### Grandes empresas investiram interessadas na campanha pela quebra dos monopólios

Além de receber verbas para tentar minar o poder da CUT entre os servidores públicos, agora sabe-se que Medeiros também recebeu dinheiro do setor privado, mais precisamente, de empresas interessadas na quebra do monopólio da Petrobrás e das telecomunicações, para defender, já naquela época, as reformas da Constituição.

Com Collor, os empresários não alcançaram esse objetivo, apesar de pagarem altas comissões. Mas o dinheiro investido não se perdeu e hoje, com Fernando Henrique na presidência da República, esses empresários vêm seu pleito atendido. Medeiros continua fiel aos seus financiadores e cumpre direitinho o papel de defensor do patronato entre os trabalhadores.

É claro que para desempenhar um papel tão difícil, é necessário muito dinheiro. A partir de 1990, segundo Cinchetto, participante assumido da trama, Medeiros montou um esquema paralelo para viabilizar o funcionamento da Força Sindical. Por intermédio do Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais (Ibes) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades), e contando com a ajuda de Collor, Medeiros angariou cerca de US\$ 2 milhões de dólares.

Esses recursos iam para uma conta no Commercial Bank, de Nova Iorque, de código Heno, para evitar que membros da CUT tomassem conhecimento. No Brasil, quem operava o esquema era o Banco Cidade, agência 0019, conta corrente nº 040045-71. Funcionários do Banco Cidade participaram, no início de abril, de um seminário realizado no hotel Sheraton, na Alameda Santos, em São Paulo, com a presença de, pelo menos, um funcionário do Commercial Bank. Seria apenas um evento rotineiro, não fosse a tentativa dos participantes em ocultar até o fim a presença do banco americano.

Além de financiar as atividades da Força Sindical e das oposições sindicais à CUT, esse dinheiro foi usado para aquisição de

duas empresas, a Geração, de comunicação; e a Florada, de torrefação de café.

Para sindicalistas tão dedicados ao empresariado, as mordomias são de fazer inveja. A parceria entre o grupo Ticket e o presidente da Força Sindical rendeu a Medeiros, Wagner Cinchetto, Marcos Cará, e suas respectivas esposas, em janeiro de 91, uma viagem de 30 dias a França e Portugal, comendo nos restaurantes e dormindo nos hotéis da rede. Tudo de graça. Para a campanha de Medeiros à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o grupo doou um cheque de US\$ 50 mil.

Medeiros sonhava alto. “Chegamos, em diversas ocasiões, a discutir com o Collor a possibilidade de Medeiros vir a ser seu sucessor”, afirma Cinchetto. Mas o fiasco eleitoral quando concorreu à prefeitura de São Paulo e as denúncias devem ter tornado mais modestas as pretensões do dublê de sindicalista.

Na tentativa de desqualificar as denúncias, Medeiros afirmou que setores estatais estariam financiando Cinchetto, para destruir a Força Sindical “que tem a coragem de defender as reformas e as privatizações”, segundo disse em uma entrevista. Esqueceu-se que, dias antes, o denunciante também havia afirmado: “Eu defendo a privatização, que está muito lenta. Defendo as propostas da Força Sindical e as reformas”.

A denúncia de Wagner Cinchetto ainda não foi apurada pela Justiça. Talvez a relação incestuosa que existe no Brasil entre o Executivo e o Judiciário tenha algo a ver com isso. Até o momento, a única decisão contrária a Medeiros foi adotada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O TCE rejeitou, em 6 de junho deste ano, a prestação de contas do convênio assinado em 12 de setembro de 1990 entre a Secretaria de Trabalho e Promoção Social e o Ibes.

O convênio repassou US\$ 200 ao instituto. Uma auditoria constatou, entre outras falhas na prestação de contas, a emissão de notas frias. O relator do processo, Claudio Ferraz de Alvarenga, determina que o Ibes deve devolver a quantia recebida, com juros e correção monetária.

\* Jornalista, assessora de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo (Sintae-ma)

## “Medeiros faz o jogo de FHC e dos empresários”

O que poderia se transformar num grande escândalo de corrupção, acabou sendo esfriado. Parte da imprensa denunciou e depois silenciou. Já o governo e o poder judiciário nada fizeram. Luis Antônio de Medeiros, que usa a sua *Força Sindical* como alavanca do neoliberalismo, foi absolvido pelas elites. Mas as denúncias de Wagner Cinchetto, ex-militante do MR-8 e um dos homens de confiança de Medeiros, mantêm sua força - conforme entrevista exclusiva concedida à *Debate Sindical*.

**Como foi o processo de fundação da Força Sindical?**

**Wagner:** Ela nasceu como um contraponto a CUT. Em todas as discussões que foram realizadas, tanto com as empresas multinacionais que apoiaram a criação da Força Sindical, como com o governo Collor, havia a preocupação de deixar bem claro que a Força Sindical nasceria para fazer um contraponto às ações articuladas pela Central Única dos Trabalhadores. Dentro disso é que foi elaborado um projeto de estrutura e financiamento pelas multinacionais com apoio do governo Collor.

**Quais empresas estavam envolvidas nisso?**

**Wagner:** Num primeiro momento estiveram envolvidas as empresas articuladas pelo esquema Collor: o Grupo OK, do empresário Luis Estevam de Oliveira Neto, a

Alcoa, o grupo Leopoldina Cataguases e a Brasinca. Essas empresas fizeram doações, via o Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais. Houve doações também da Shell, Siemens, White Martins, Souza Cruz, que negaram as doações, mas nós temos provas.

**Como eram administrados esses recursos?**

**Wagner:** Era uma soma muito grande de recursos que nós começávamos a receber e isto precisava ser administrado de uma outra forma que não fosse mantê-los nos bancos nacionais. A preocupação do presidente da Força Sindical, Luis Antônio de Medeiros, era de que, como a CUT tem um grande acesso no sistema bancário nacional, essas informações viessem a cair nas suas mãos. Por isso começamos a pensar numa maneira de mandar esses recursos para o exterior. Abrimos uma conta no Commercial Bank,

de Nova Iorque. Essa conta era assinada por mim e pelo Luís Antonio de Medeiros.

**O senhor era o tesoureiro?**

**Wagner:** Eu era o tesoureiro do Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais. Para essa conta nós enviamos uma remessa muito grande de dólares. Essa conta chegou a operar, entre 90 e 91, mais de 500 mil dólares, entre entradas e saídas.

**Como era feita essa remessa ao exterior?**

**Wagner:** As contas do Ibes e do Ibrades eram operadas no Banco Cidade, na agência Matriz, aqui em São Paulo. Quando o Medeiros resolveu abrir essa conta no Commercial Bank, o Banco Cidade começou operar essa conta também. Assinava-se um contrato com as multinacionais, para ajuda na formação sindical ou convênios para criação de escolas sindicais e, com base nele, era feito um depósito nessas contas no Banco Cidade.

**Multinacionais deram cerca de 2 milhões de dólares à central sindical de Medeiros**

Posteriormente, uma funcionária do Banco Cidade, de nome Cima, comprava os dólares aqui no Brasil e fazia a remessa para a conta do Commercial Bank. A operação toda era conduzida por ela e pelo diretor do Banco, de nome Guiora. Esses funcionários, que ainda trabalham no Banco Cidade, eram os responsáveis por essa remessa de dólares ao exterior. Esse é um trabalho que o banco fazia, apesar de não admitir isso publicamente. Mas eu tenho provas e espero que a Justiça me chame a mostrá-las.

Essa conta existe, não é fantasia da minha cabeça. Tanto que, em 91, não havia cartão de crédito internacional no Brasil e eu tinha um American Express internacional, que só foi fornecido porque havia essa conta. Esse extrato (mostra o extrato) comprova a transferência dessa conta, de código Heno, para pagamento desse cartão. Foi feita durante uma viagem a Paris. Eu era um simples

funcionário do Medeiros, um testa-de-ferro, e o Commercial Bank não abriria essa conta se ela fosse para meu uso pessoal.

Diga-se de passagem que o piloto Jorge Bandeira foi condenado a um ano e meio de prisão por evasão de divisas. Esse é o mesmo crime que nós cometemos e a Justiça precisa tomar uma providência.

**Quanto as multinacionais deram à Força Sindical?**

**Wagner:** Cerca de 2 milhões de dólares foi o montante arrecadado entre as multinacionais, via os Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais (Ibes) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sindical (Ibrades).

**Porque essas empresas davam dinheiro à Força Sindical? Só para fazer o contraponto à CUT?**

**Wagner:** Ninguém dá dinheiro a alguém sem ter algum interesse, sem querer algo em troca. Eu vejo o Medeiros hoje dizer "isso foi coisa do Wagner, ele que resolve isso. Ele e o Marcos Cará, que era presidente do Instituto". Só que nenhuma multinacional deu dinheiro para mim ou para Marcos Cará e jamais dará. Isso fez parte de algo pensado.

Foram muitas reuniões entre as direções das empresas, o presidente da empresa e o presidente da Força Sindical, onde a gente discutia os interesses mútuos. A Força queria se organizar, ser uma central forte, poderosa, representativa e que pudesse fazer frente à CUT. E os empresários precisavam ter um certo apoio nessa área. O que ocorreu nesse momento, foram discussões a respeito das reformas constitucionais.

**"A Shell contribuiu com o esquema, visando uma ação na reforma constitucional"**

A Constituição, na visão dos empresários, ainda não era uma Constituição do interesse deles. Precisaria haver a quebra dos monopólios das telecomunicações e petróleo e a flexibilização da exploração das riquezas minerais no subsolo brasileiro. Três empresas participaram e doaram dinheiro à Força

Sindical fazendo essa discussão. A Shell foi uma das que contribuiu com esse esquema, visando uma ação conjunta nas reformas constitucionais.

**Isso em 1991?**

**Wagner:** Isso em 91. Foi uma discussão muito anterior a que está havendo agora a respeito das reformas. A Alcoa doou 300 mil dólares para esse esquema, discutindo a flexibilização do subsolo brasileiro, que é o que está acontecendo agora, na reforma da Constituição, o que me leva a crer que eles continuam agindo dessa maneira. A Alcatel Standard também fez uma doação, visando também a quebra do monopólio das telecomunicações.

Se a Justiça for investigar a sério essas denúncias, vai perceber que, em nenhum momento, essas empresas deram dinheiro porque apoiavam a Força Sindical ou achavam que ela era uma alternativa democrática. Eles deram dinheiro por interesse, porque viam na Força Sindical uma maneira de defender os interesses dessas multinacionais.

**Esse era o mesmo esquema do PC Farias?**

**Wagner:** Na época em que nós resolvemos pedir essa ajuda financeira ao Collor, já havia uma preocupação de diversos setores do empresariado, principalmente o empresariado paulista, e o Medeiros sabia disso. Por várias vezes, empresários paulistas o procuraram para dizer que havia intermediação e uma ingerência muito grande do PC Farias nos interesses de várias empresas, e que isso começava a ser uma coisa incômoda, pela maneira como era feita, de forma muito descarada, nefasta. Isto levou a reclamações dos empresários.

Por isso, procuramos discutir com o Medeiros que não seria muito bom que qualquer tipo de relação financeira com o Collor tivesse como intermediário o senhor PC Farias. Na época em que o Collor foi visitar o Medeiros, em Bragança Paulista, ele levou junto o empresário Luiz Estevam de Oliveira Neto, que foi a pessoa, indicada por ele, para fazer



Jorge Nunes

essa ponte com as empresas e para viabilizar os recursos. Nesse momento, foi retirada a figura do PC desse esquema, mas o Collor o substituiu por outro empresário, amigo dele.

**Porque o senhor resolveu denunciar isso publicamente?**

**Wagner:** Eu acho que essas denúncias são muito importantes. Foi um momento decisivo na minha vida para assumir essas denúncias. Eu fiz essas denúncias sem nenhum apoio, fiz de livre e espontânea vontade, achei que era o momento de trazê-las a público.

**A conspiração é poderosa, envolve FHC, ACM, grandes empresários e a Rede Globo**

**A imprensa deu certa repercussão a essas denúncias, mas parece que agora esfriou o caso...**

**Wagner:** Nós estamos numa guerra, entre os setores que querem as reformas e os que não querem. Eu acho que o Medeiros pegou uma carona nessa questão, ofereceu a Força Sindical ao governo Fernando Henrique Cardoso, como uma maneira, novamente, de se contrapor à CUT e sobreviver. Eu acho que o fiasco eleitoral da candidatura dele em São Paulo não permitiu que ele tivesse outra opção a não ser colocar a Força Sindical a serviço desses setores.

Ele não fez a campanha de FHC. Outros setores da Força Sindical é que fizeram essa campanha e se aproximaram mais do governo. No entanto, após as denúncias, que são gravíssimas, ele fez uma articulação com o ministro Sérgio Motta, com Antônio Carlos Magalhães, com o apoio do assessor da Rede Globo, senhor Jorge Serpa.

Essa articulação foi colocada em campo para defender as reformas da Constituição. Diziam que, talvez, o governo não tivesse condição se não tivesse um braço sindical para defender, à altura, as reformas que ele queria. Eu avalio que daí originou-se essa aproximação com o governo Fernando Hen-

rique que, a meu ver, é uma aproximação superficial, de momento, que visa dar uma pequena sobrevivência à Força Sindical e ao Luis Antônio de Medeiros.

Essas denúncias tinham que ser apuradas, o Ministério da Justiça, ao invés de acobertar, deveria estar apurando essas denúncias; a Procuradoria Geral da República também. Ou então, alguém é caluniador, eu fiz uma calúnia e deveria ser preso. Ou então, o Medeiros tem que pagar por isso, os dirigentes da Força Sindical têm que pagar por essa farsa toda; alguém vai ter que ser responsabilizado por isso. O movimento sindical e os dirigentes sérios da Força precisam exigir que essas denúncias sejam apuradas o mais rápido possível. Senão, elas correm o risco de morrer no esquecimento.

**Você falava antes, dessa articulação da Rede Globo com o Medeiros. Como é que se dava esse processo quando o senhor era assessor do Medeiros?**

**Wagner:** Várias ações produzidas pelo Medeiros tiveram uma grande cobertura pela Rede Globo. Eu mesmo participei de várias delas. Por exemplo, a viagem do Medeiros à região do Bico do Papagaio, em apoio aos trabalhadores rurais que estavam sendo ameaçados de morte; a vitória da Força Sindical em Ipatinga e em Volta Redonda. Isso foi amplamente coberto pela Globo.

**Uma ou duas conversas por mês com Jorge Serpa, assessor de Roberto Marinho**

A própria visita de Collor a Medeiros, no Unicor e em Bragança Paulista, foi amplamente divulgada; a privatização da CSN e a visita de Medeiros à Bolsa de Valores no Rio de Janeiro foram também ações das quais eu participei e que foram discutidas e elaboradas com o Jorge Serpa, assessor de Roberto Marinho. Eram articulações muito íntimas. O Medeiros conversava uma ou duas vezes por mês com o Serpa, discutia essas ações, tinha livre acesso à Rede Globo.

Várias vezes eu testemunhei telefonemas do Medeiros ao Ronald de Carvalho, que era diretor de jornalismo da Globo, e ao próprio Alberico de Souza Cruz, para acertar essas ações. E essas ações continuam até hoje. É só observar a greve dos petroleiros. A Força Sindical não tem expressão na área petroléira, não tem participação nenhuma nessa greve. E, no entanto, ela entrou direto no Jornal Nacional, como parte de uma manobra para tentar desestabilizar a greve, defender o governo e a ocupação militar das refinarias e ser contra os trabalhadores.

Esse tipo de relação existe há muito tempo. É o que dá sobrevivência ao Medeiros. Mas isso só continuará existindo se essas denúncias não forem apuradas e se não for mostrado à opinião pública que tudo isso não passa de uma farsa. A Rede Globo não pode continuar manipulando setores tão importantes da sociedade brasileira.

**Essas denúncias causaram que tipo de reação no interior da Força Sindical?**

**Wagner:** Eu acho que o racha fundamental na Força só vai existir na medida em que essas denúncias forem apuradas e se comprovar que a Força Sindical nasceu financiada por setores multinacionais e que o Medeiros usou esses recursos, fazia remessa ilegal de dólares ao exterior, usou todo um sistema irregular para criar a Força Sindical. A medida que isso ficar comprovado, vários setores vão deixar a Força Sindical.

O problema que os sindicalistas sérios da Força enfrentam é a aproximação que o Medeiros fez com o atual governo. Isso criou uma confusão nesse pessoal, que é Fernando Henrique por convicção. Veja o caso do Chinelo, que é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itatiba. Ele é muito ligado ao FHC, mas tem pedido a apuração e afirmado que, se isso não for feito, ele e outros vão deixar a Força Sindical.

O Alemão, secretário-geral da central, foi uma das primeiras pessoas a defender uma auditoria interna. No entanto, ele é muito ligado ao FHC. Eu acho que enquanto o governo cobrar da Força Sindical que ela continue defendendo as reformas, é impossí-

vel que esses setores produzam um racha ou façam uma limpeza interna.

**Medeiros usou parte dos recursos das empresas em benefício próprio**

O caso do Lúcio Bellantani, presidente da Confederação dos Metalúrgicos, é exemplar. Dias antes das denúncias houve uma reunião em que pediram para ele renunciar à presidência para uma recomposição. Quem pediu foi o Paulinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Ele tentou fazer uma reaglutinação de forças políticas, já que o Lúcio o incomodava. Isso foi esquecido em função das denúncias e o Lúcio, junto com o Zé Ibrahim, não pôde fazer uma apuração mais rigorosa do que realmente aconteceu.

Os telefônicos vão abandonar ou já abandonaram a Força Sindical. Na Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais, o principal aliado do Medeiros, Luiz Carlos Miranda, foi afastado da presidência do Sindicato de Ipatinga, por uso indevido de verbas e por conduta irregular.

**E a corrupção interna? O Medeiros chegou a fazer uso pessoal desse dinheiro?**

**Wagner:** Várias vezes ele usou parcelas desses recursos em benefício próprio. Foram pagamentos de contas, jantares, dinheiro que foi mandado para sua ex-esposa, viagens etc.

**O grande filão da Força Sindical é o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Lá, a coisa é mais séria?**

**Wagner:** A Força Sindical nasceu ali dentro e esses recursos todos também nasceram dali. O Ibes, por exemplo, teve sua sede, por algum tempo, na sede do sindicato. É um sindicato importante. Enquanto o Medeiros dirigiu esse sindicato, com a imagem criada através da Rede Globo, ele conseguiu, de uma certa forma, encantar a categoria metalúrgica de São Paulo.

As denúncias o colocaram numa situação difícil e hoje a imprensa se preocupa em

produzir um novo Luis Antônio de Medeiros, na figura do Paulinho, que é o presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O Paulinho não tem nenhum controle da corrupção no Sindicato. Quem dirige financeiramente é o tesoureiro, Francisco Campos, que continua sendo uma pessoa forte na estrutura do Sindicato.

O Paulinho se preocupa mais em fazer uma espécie de aproximação com os empresários. Todas as suas ações não são de base, junto com a categoria. São ações muito mais ao lado do presidente da Fiesp, dos representantes da Associação Comercial e dos representantes das indústrias metalúrgicas. Isso demonstra a fragilidade que ele tem enquanto liderança da categoria metalúrgica.

\* Entrevista concedida a Guiomar Prates

Grande parte da diretoria do Sindicato está envolvida em corrupção, enriquecimento ilícito, com altos salários. A categoria metalúrgica não tem controle do que acontece ali dentro, da corrupção. Por exemplo, a compra de remédios dá sempre alguma comissão. Quando o sindicato renova sua frota de veículos, é a mesma coisa, tudo é feito sem licitação. A diretoria do Sindicato administra um orçamento de mais de 30 milhões de dólares. Não basta dizer que são representantes dos trabalhadores, é preciso ter um compromisso com esse dinheiro que sai dos salários dos trabalhadores. Afora isso, existe o nepotismo. A esposa do Paulinho é paga com dinheiro do Sindicato. Ele já teve outros parentes que trabalharam no Sindicato.

## Serviços de alta qualidade

De forma perseverante e firme, o CES tem prestado serviços de qualidade para o sindicalismo brasileiro. Os comerciários de Caxias do Sul conhecem o trabalho desenvolvido e, por isso, parabenizam a entidade pelos seus 10 anos de atividades em prol do sindicalismo classista.

**Sindicato dos Empregados no Comércio de Caxias do Sul (RS)**

# Mercosul: nova etapa para o império global dos EUA

Paulo Schilling \*

**Desde o século passado que os geopolíticos norte-americanos planejam o controle total do continente. O que não se conseguiu pela força das armas está se realizando agora pelos chamados projetos de integração regional. A abertura de fronteiras proporcionada pelo Mercosul destrói os conceitos de pátria e de soberania e atende exclusivamente aos interesses dos Estados Unidos.**

O imperialismo norte-americano nasceu com a própria independência. Segundo Franz Fanon: “Há dois séculos, uma ex-colônia resolveu igualar-se à Europa. E conseguiu-o tão bem que os Estados Unidos se transformaram num monstro, no qual os vícios, a enfermidade e a desumanidade da Europa cresceram em proporções assustadoras”. O “pai da pátria”, George Washington, lançou o lema que sintetizaria a estratégia expansionista: “Europa para os Europeus, América para os americanos” (do norte).

O presidente Theodore Roosevelt anatemizava os que defendiam uma América Latina/Caribe independente: “A conquista do Oeste e do Sul é uma etapa na conquista de um continente (...) é uma torpe, perversa e estúpida moralidade a que proíbe práticas de conquista que convertem continentes em assento de poderosas e florescentes civilizações”.

O senador Albert Beveridge adicionaria componentes racistas e místicos na teoria da

conquista: “Deus nos fez mestres organizados para que possamos administrar governo entre povos selvagens e seins. Não houvesse uma força como esta, o mundo reincidiria na barbárie e nas trevas. Em toda nossa raça, ele escolheu o povo americano como a sua nação, selecionada para conduzir a regeneração do mundo”.

**Desde o século passado que os EUA pregam a conquista do continente americano**

Durante o século XIX e nas primeiras décadas do atual, os Estados Unidos intervieram centenas de vezes em outros países do continente, especialmente no México (que perdeu mais da metade do seu território original), América Central e Caribe. Depois de haver ordenado o “crime dos crimes” da história do homem na terra (a bomba nu-

clear), o presidente Harry Truman anunciaria sua doutrina do império global: "Todo o mundo deve adotar o sistema americano, pois este somente poderá sobreviver na América se se transformar num sistema global".

Os geopolíticos norte-americanos, no pós-guerra, pregavam abertamente a conquista pela força do "resto" do continente: "Tudo que não seja forjar uma Grossraumwirtschaft - o grande espaço vital -, que incorpore todo o continente em base a uma economia planificada, com produção controlada e direção centralizada no comércio internacional, não poderá sobreviver (...) Nenhum dos estados latino-americanos aceitaria espontaneamente realizar as mudanças imprescindíveis para criar essa economia regional (...) Somente a conquista do hemisfério pelos EUA e a implacável destruição das economias regionais agora existentes poderia realizar a integração necessária".

Posteriormente, Zbigniew Brzezinski, o supercérebro do presidente Jimmy Carter, defenderia o fim do Estado-Nação: "O Estado-Nação, enquanto unidade fundamental na vida organizada do homem, deixou de ser a principal força criativa: os bancos internacionais e as corporações multinacionais planejam e atuam em termos que levam muitas vantagens sobre os conceitos políticos de Estado-Nação".

Com base nessa teoria, a Comissão Trilateral tentou impor, numa primeira etapa na Argentina e no Chile, a supressão da soberania nacional. Aliados aos militares de direita, os asseclas de David Rockefeller foram os responsáveis pelos dois maiores genocídios da história moderna em nossa América: 30 mil mortos, 10 mil desaparecidos e dois milhões de emigrados. A formidável resistência dos povos irmãos fez abortar - naquele momento - o sinistro plano.

**O que o imperialismo não impôs pelas armas tenta agora com o neoliberalismo**

O que o imperialismo não conseguiu pela força militar, está sendo obtido agora através

da difusão da filosofia do neoliberalismo. As integrações regionais - a etapa inicial na formação do império global - proliferam: a Comunidade Européia, o Nafta e o Mercosul. Vejamos o que mais nos interessam, os dois últimos.

Com o Nafta, os Estados Unidos praticamente colonizaram o Canadá e, de forma total, o México. O país asteca transformou-se numa base de operações das "maquiladoras" norte-americanas. Estas efetuam ali parte do processo manufatureiro, aproveitando-se de uma mão-de-obra sete vezes menor que a vigente nos "states", de matérias-primas baratas, de isenções fiscais, não-regulamentadas da poluição, e deixando o mínimo de valor agregado para a economia mexicana.

Com a total abertura econômica e financeira, o México acumulou no triênio 1992/94 um déficit comercial de US\$ 60 bilhões. Sua dívida externa aumentou de 80 para 150 bilhões. A total abertura do mercado mexicano proporcionou a criação de meio milhão de empregos ... nos Estados Unidos. A privatização atingiu a praticamente toda a grande indústria e serviços, salvando-se - por enquanto - somente a Pemex, a Petrobrás deles (cujas as exportações estão porém penhoradas ao governo de Washington).

A especulação sem limites (o "capital andorinha", que fica aplicado nos nossos países em média somente cinco meses) proporcionava aos bancos e inclusive aos aposentados norte-americanos (através de seus fundos de pensão), o negócio do século: conseguiam, como no Brasil de FHC, em um mês juros equivalentes aos auferidos em um ano nos "states".

Apesar dos prognósticos dos economistas oficiais (inclusive os do Banco Mundial e do FMI), que encontravam perfeita a saúde financeira do país asteca ainda em setembro de 1994 (comprovando que os economistas erram mais do que a mais vulgar cartomante), o México faliu. O rombo, que se intenta tapar, não para salvar o México, mas para garantir os créditos dos investidores norte-americanos, alcança mais de US\$ 50 bilhões. O desemprego aumentou de um golpe só em

mais de um milhão. Os salários despencaram para a metade.

O Nafta constitui o exemplo ótimo do que ocorre quando um país abre a mão de sua soberania e subordina-se incondicionalmente à política imposta pelo FMI, Banco Mundial e pelos bancos e empresas transnacionais. Ou seja, ao neoliberalismo e à integração comandada desde o exterior.

**O Mercosul vai gerar maior miséria, desemprego e o fim da identidade nacional**

Na Argentina, Carlos Menem (traíndo totalmente a ideologia peronista, populista, nacionalista e duramente anti-imperialista), adotou totalmente a filosofia do neoliberalismo. Liquidou, com a dolarização da economia e com o acordo que assegurava extraterritorialidade ao capital norte-americano, a soberania nacional.

Antes mesmo da vigência do Mercosul, as fronteiras econômicas foram totalmente abertas aos monopólios e bancos internacionais. Em consequência, o saldo positivo na balança comercial de US\$ 8,7 bilhões (1989) transformou-se em formidáveis déficit, significando uma perda para a economia do país de cerca de US\$ 25/30 bilhões de dólares no último quinquênio.

O capital especulativo internacional passou a controlar os bancos nacionais (atualmente mais de 40 estão falidos) e a Bolsa de Valores. Praticamente todas as empresas estatais (inclusive Yscimentos Petrolíferos Fiscales) foram privatizadas e em sua maioria desnacionalizadas. Os preços da privatização corresponderam, em média, a 25% do valor real e foram pagos com títulos podres (como os da dívida externa), cujo o valor de mercado correspondiam a 11% do valor nominal.

Os direitos sociais, conquistados no último meio século pelos trabalhadores argentinos ou outorgados pelo peronismo, estão sendo liquidados drasticamente. O desem-

prego já alcança 14% da população economicamente ativa (três vezes a taxa histórica); somado ao subemprego, chega a 22% da força de trabalho. Os salários reais foram bruscamente reduzidos, os aposentados - constituíam uma próspera classe média - foram lançados à pobreza/miséria ( verifica-se inclusive entre eles um número crescente de suicídios).

O movimento sindical, que durante o governo Alfonsín protagonizara 12 greves gerais (com efetividade superior a 90%) foi corrompido pelo governo. A CGT, que controla 80% dos sindicatos e está filiada à Ciosl - Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (como atualmente a "nossa" CUT), é um formidável instrumento na manutenção da ordem e na defesa do neoliberalismo.

**As consequências nefastas da "integração" regional para o Uruguai e Paraguai**

No Uruguai, verifica-se uma formidável resistência do seu povo (o mais politizado da América Latina) aos planos do neoliberalismo. Em dois plebiscitos realizados nos últimos três anos, o povo uruguaio rechaçou - por mais de 70% dos votos - as tentativas de modificar a Constituição, impossibilitando assim a introdução das emendas antisociais e dos projetos de privatização.

Entretanto, com a traição das classes dominantes, o nosso pequeno-grande vizinho perde aceleradamente a sua soberania: todo o seu sistema bancário privado é estrangeiro; o país se transformou no paraíso das máfias do continente para a lavagem de dinheiro, num paraíso fiscal e financeiro.

É óbvio que a indústria e a pecuária uruguaias não têm a menor possibilidade de beneficiar-se da abertura dos mercados vizinhos e suas classes ricas e médias se aproveitam, como as brasileiras, para importar todo o supérfluo e sofisticado que os mercados do norte oferecem. Em consequência, o déficit

da balança comercial, que em 1994 já somara cerca de US\$ 700 milhões, alcançou US\$ 90 milhões em março último.

No Paraguai - outro grande perdedor no Mercosul - o candidato do ex-ditador Alfredo Stroessner, Juan Carlos Wasmozy, foi eleito presidente da República. Ele é dono da maior empreiteira do país, a grande beneficiária paraguaia do "roubo do século": Itaipu (orçamento inicial US\$ 2,080 bilhões, custo final US\$ 22 bilhões). O equivalente no Brasil seria eleger um dirigente da Odebrecht para a primeira magistratura. Em consequência, foi drasticamente afetada a campanha do povo guarani para a revisão do iníquo tratado imposto pela ditadura brasileira ao povo irmão.

O grande "produto" que o Paraguai poderia oferecer ao Mercosul, a sua parte (50%) da energia gerada por Itaipu, estará fora do acordo. Continuará sendo vendida obrigatoriamente ao Brasil, por preços aviltados e com pagamentos alargados pela enorme inadiplência do setor elétrico brasileiro.

O outro grande negócio do Paraguai, a venda maciça de produtos importados sem encargos fiscais e vendidas as dezenas de milhares de brasileiros e argentinos que semanalmente invadem Ciudad del Este (cerca de US\$ 5 bilhões/ano), e que significa trabalho para cerca de 300 mil pessoas, está também condenada a desaparecer no momento em que os países signatários do Tratado de Assunção tiverem de adotar tarifas externas iguais.

### Os projetos do imperialismo resultarão numa integração perversa entre povos irmãos

Sem analisar a situação da economia brasileira, vale registrar que, como as regras impostas pelo imperialismo (as receitas neoliberais) são as mesmas aplicadas no México e na Argentina, o fracasso não será menor. Sob o comando de FHC, o Brasil marcha aceleradamente para o fim de sua soberania

e para a exclusão/marginalização de 80% de sua população.

No relativo ao intercâmbio Brasil-Argentina no seio do Mercosul, confirma-se em parte o que prognosticamos em nosso livro **Mercosul: integração ou dominação?**. Contando com uma mão-de-obra muito mais barata, energia hidrelétrica, muito melhor nível tecnológico, produção em muito maior escala, a burguesia brasileira e especialmente os monopólios internacionais estabelecidos no Brasil estão liquidando a indústria do país sulino.

Exportando maciçamente produtos geralmente de melhor qualidade e a preços inferiores, instalando filiais e "joint-ventures" no país platino, a burguesia internacionalizada brasileira está ocupando o mercado sulino. A continuar esta tendência, a Argentina se transformará nos próximos 10/20 anos num país exportador exclusivo de produtos agrícolas.

Em relação à preocupação dos setores agrícolas do sul do Brasil, de que a formidável produtividade da agricultura argentina (melhores terras, pastagens e clima do planeta) liquidaria a produção do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, lançando-a à falência e obrigando ao êxodo para as cidades de um milhão de famílias de pequenos e médios agricultores, esta ainda não se concretizou. Em razão da paridade peso-dólar e da inflação residual existente, os produtos argentinos não oferecem neste momento vantagens consideráveis.

O governo Menem-Cavallo, para ganhar as eleições de 14/05/95, manteve a paridade. Agora já se verificam mudanças substanciais na política econômica: uma delas deverá ser a desvalorização do peso. Isso abriria amplas possibilidades para a exportação argentina de grãos, podendo significar o colapso da produção do Sul do Brasil. É importante lembrar que em função da política agrícola neoliberal de Fernando Collor de Mello, a produção de trigo brasileiro baixou de seis para dois milhões de toneladas.

Produtores agrícolas do sul do país estão comprando maciçamente terras na Argenti-



\* Jornalista, coordenador do Programa "Sociedade e Economia" de Koinonia. Seus últimos livros editados: "O fim da história ou o colapso da modernização" e "Brasil: a pior distribuição de renda do planeta. Os excluídos"

na, Uruguai e Paraguai (por preços três ou mais vezes inferiores aos vigentes no nosso país), produzindo e exportando, para o Brasil, arroz por preço muito inferior ao praticado no nosso mercado, deixando os produtores gaúchos em crise profunda.

Confirmando as teses do general Golbery do Couto e Silva, vamos ver prosperar, como um subproduto do imperialismo norte-americano, o subimperialismo brasileiro, agora facilitado pela abertura de fronteiras proporcionada pelo Mercosul. Coisas do imperialismo e do subimperialismo nesta última década do século...

Como vemos, os projetos de integração (planejados e controlados pelo imperialismo) não têm nada a ver com a Pátria Grande pela qual os libertadores lutaram. Constituem a etapa inicial do império global planejado pelos governantes geopolíticos norte-americanos desde o século passado. A luta pela soberania e pela integração entre iguais (os povos da América Latina/Caribe) deve ser, em conseqüência, uma prioridade básica de nossos povos.

## Formação como prioridade

Num momento de ofensiva das elites, em especial no terreno das idéias, é indispensável a existência de entidades preocupadas com a formação da consciência crítica dos trabalhadores. O CES dá valiosa contribuição neste terreno e merece os nossos parabéns.

*Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Vitória da Conquista (BA)*

# A ofensiva neoliberal e o sucateamento dos portos

Vladimir Guimarães \*

**Com a posse de FHC, um projeto antigo ganha novo fôlego: o da privatização dos portos brasileiros. Com o pretexto da “modernização”, pretende-se dilapidar o patrimônio público, enfraquecer os sindicatos e desestruturar as relações de trabalho existentes nos portos do Brasil. O artigo abaixo trata das investidas do setor patronal para acelerar este desmonte.**

Coube ao povo fenício, tão somente por habitar em região estreita de terra apertada entre montanhas e as plagas do Mediterrâneo, implementar o início do desenvolvimento da navegação e do comércio marítimo. Mais tarde, todos os povos situados à beira-mar, seguindo o exemplo dos fenícios, passaram pouco a pouco a se dedicar também àquelas atividades. Com a intensificação dessas, surgiu a necessidade de serem adotadas normas especiais destinadas a sua regulamentação.

Já a partir do século XV, em toda a bacia do Mediterrâneo passaram a vigorar normas regulando as relações entre armadores, “cargadores”, capitães e marinheiros. Portanto, a história do comércio marítimo já nasce com a participação de trabalhadores, exercendo atividades na movimentação de carga e descarga das embarcações.

No Brasil, as primeiras formalidades remontam ao ano de 1812, com os trabalhado-

res avulsos executando atividades a bordo e nos trapiches. Com o decorrer do tempo, as relações de trabalho foram sendo consolidadas através de regulamentos, normas e leis, passando o trabalho em terra a ser exercido por portuários com vínculo empregatício, eventualmente supridos por avulsos (arrumadores), e a bordo exclusivamente por trabalhadores avulsos (estivadores, consertadores, conferentes, vigias e trabalhadores do bloco).

Os portuários estão divididos essencialmente em três principais categorias: operários portuários de capatazia, operadores de veículos, guindastes e empilhadeiras e empregados na administração. Os trabalhadores avulsos estão divididos em cinco categorias diferentes:

Os estivadores, encarregados de movimentar as cargas dentro dos navios, nos convés e nos porões, exercem quatro funções distintas - guincheiros, portalos, os mestres e

contra-mestres e os estivadores propriamente ditos, que movimentam as cargas não só através do serviço braçal como também operando equipamentos. Os conferentes de carga e descarga, responsáveis pelo planejamento, coordenação, direção e acompanhamento das operações de carga e descarga realizadas a bordo dos navios. Os consertadores, encarregados dos serviços de reparo e restauração das embalagens das mercadorias movimentadas. Os vigias portuários, que zelam pela segurança da tripulação, da carga e dos trabalhadores a bordo. E os trabalhadores do bloco, que são responsáveis pela limpeza e conservação das embarcações e seus tanques, realizando também batimento de ferrugem, pintura, reparos de pequena monta e serviços correlatos.

Os arrumadores são trabalhadores portuários avulsos que suprem as eventuais faltas de trabalhadores portuários de capatazia, trabalhando também na estocagem e levante de mercadorias nos armazéns e no retroporto.

**Com o golpe militar, têm início os ataques aos direitos dos portuários**

A partir da ditadura militar, iniciaram-se as sucessivas tentativas de supressão dos direitos desses trabalhadores. Os empresários da área do transporte marítimo agiam cons-

tantemente junto aos militares na tentativa de suprimir o direito às férias, décimo-terceiro salário, insalubridade, repouso semanal remunerado, a aposentadoria especial e também buscavam a exclusão dos trabalhadores avulsos das novas modalidades de operação, tais como os navios integrantes do sistema roll-on-roll-off e os terminais privativos.

Foram editados neste sentido decretos, decretos-leis e até leis, que no entanto não tiveram a sua aplicação efetivada, tendo inclusive sido reformulados. Na sua essência, os direitos dos trabalhadores se mantiveram inalterados (1). Na Constituição de 88, os trabalhadores avulsos obtiveram importante conquista com a garantia da "igualdade de direitos" entre avulsos e trabalhadores com vínculo empregatício permanente ( Art. 7º, inciso XXXIV).

Ainda no governo Sarney houve nova tentativa com o decreto nº 96.910, que criava uma espécie de "estivobras", passando para a extinta Portobras a realização dos serviços de carga e descarga dos navios, excluindo várias atividades até então realizadas pelos trabalhadores avulsos. O decreto não prosperou, pois conseguiu unir no mesmo barco trabalhadores e empresários - estes contrários à estatização dos serviços. Os trabalhadores realizaram greve nos principais portos do país e os empresários ganharam liminar junto ao Supremo Tribunal Federal, tendo então o presidente Sarney revogado o decreto.

## Estimulando o estudo no sindicalismo

O estudo aprofundado sobre os rumos do movimento sindical é decisivo nos dias de hoje. O CES, através de seus cursos e dos artigos na *Debate Sindical*, dá grande contribuição neste esforço.

Seu trabalho sério, superando todos os obstáculos, ajuda no avanço do sindicalismo classista. Parabéns!

***SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE MARÍLIA (SP)***

Até então as tentativas não eram de cunho neoliberal, representando os interesses dos governos da época. Já no governo Collor, apresentou-se uma proposta de “modernização” dos portos brasileiros com dois grandes objetivos: a privatização dos portos e a desestruturação das relações de trabalho existentes, dilapidando ainda mais o patrimônio público do Estado brasileiro e enfraquecendo os sindicatos de trabalhadores, através da chamada desregulamentação das relações trabalhistas vigentes nos portos.

**Condições de trabalho são precárias e os salários são dos menores do mundo**

A proposta veio acompanhada de intensa campanha de convencimento dos parlamentares e da opinião pública através dos órgãos de imprensa. Matérias encomendadas pelo governo e por empresários brasileiros, notadamente os grandes exportadores, como Jorge Gerdau, distorceram fatos e omitiram informações. Afirmavam serem elevados os custos operacionais nos portos do Brasil, em comparação com os estrangeiros. Isto seria provocado, segundo eles, pela excessiva participação da mão-de-obra portuária e pela ineficiência da mesma, acusando-a de receber salários exagerados e de ser monopolizada pelos sindicatos.

Na verdade, o que onera os custos nos portos brasileiros, que não estão acima da média dos internacionais, é o transporte das mercadorias do local de origem até o porto e vice-versa. Isto porque a movimentação da grande maioria das cargas utiliza o transporte rodoviário, muito mais caro que o ferroviário, e há o ainda sucateamento dos equipamentos existentes.

Os trabalhadores operam em condições de periculosidade e insalubridade durante períodos ininterruptos de até 24 horas, incluídos aí os horários de refeição. No entanto, apesar disto tudo, o estivador brasileiro recebe em média US\$ 400,00 mensais, enquanto

a média salarial dos estivadores norte-americanos é de US\$ 3.000,00 mensais.

O trabalhador avulso só ganha quando trabalha e só trabalha quando tem serviço, sendo este distribuído pelos sindicatos que procuram dividir equitativamente as oportunidades de trabalho via rodízio organizado e aprovado em assembléia. Os sindicatos não controlam os meios de produção (propriedade dos navios, das cargas, dos equipamentos) e nem a representação econômica desses segmentos. Eles apenas representam trabalhadores que, como todos os outros, vendem a sua força de trabalho. Estas verdades não foram ditas na grande imprensa.

O projeto de Collor chegou à Câmara dos Deputados em 19 de fevereiro de 1991, tendo sido aprovado em 26 de junho de 1992, com várias modificações, mas mantendo a entrega do porto público à iniciativa privada e a desregulamentação das relações trabalhistas. A sua aprovação resultou de manobra do relator de plenário, deputado José Carlos Aleluia, que disse ter o consenso dos trabalhadores em torno do seu substitutivo, o que depois foi desmentido por todas as lideranças sindicais. Apenas o PCdoB votou contra o projeto.

Após a tramitação no Senado Federal, o projeto voltou à Câmara dos Deputados, onde foi aprovada a inclusão feita no Senado do contrato coletivo de trabalho (2). Ele foi sancionado em 25 de fevereiro de 1993 pelo presidente Itamar Franco, transformando-se na lei nº 8630/93. As três federações nacionais de trabalhadores do setor portuário (3), PCdoB, PDT, PSB e PT, conjuntamente, entraram com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), no Supremo Tribunal Federal, buscando sustar diversos dispositivos da referida lei que contrariam frontalmente a Constituição de 1988.

**A atual legislação reduz mercado de trabalho e gera servidão nos portos**

Os trabalhadores portuários com vínculo empregatício foram duramente atingidos por esta lei. Ela torna possível a privatização total do porto público, o que não ocorrerá. Na

prática, serão privatizadas as instalações e os serviços lucrativos, ficando para o Estado a manutenção dos setores não rentáveis. Haverá, portanto, uma drástica diminuição do mercado de trabalho dos portuários. A lei aponta neste sentido quando dá aos trabalhadores portuários em capatazia, com vínculo empregatício a prazo indeterminado, o direito ao registro como trabalhador avulso, quando demitido sem justa causa (4).

Dos trabalhadores portuários avulsos, a lei desregulamentou todos os direitos trabalhistas anteriores, revogando toda legislação anterior, inclusive aqueles assegurados pela CLT. Deixou apenas o direito à exclusividade para o trabalho através da garantia de registro e concedeu àqueles que optarem pelo cancelamento do registro a oportunidade de receberem indenização (5).

A distribuição do trabalho passou para os empresários, através do Órgão gestor de mão-de-obra (OGMO), onde é vedada à participação dos trabalhadores. A única representação permitida é no conselho de supervisão, cujas prerrogativas se limitam à fixação de vagas e de normas para o registro dos profissionais e dão direito a voto contra de dois dos empresários - o que resulta numa participação meramente opinativa. Tal representação minoritária certamente resultará em convalidação de decisões danosas aos interesses dos trabalhadores.

O objetivo principal do OGMO é a administração da mão-de-obra do avulso, substituindo os sindicatos que historicamente sempre exerceram tal função. O prejuízo social imediato será o fim da divisão equitativa das oportunidades de trabalho e ganho. Cabe salientar que a parte principal da remuneração do avulso vem da produção, isso é, sobre a quantidade de carga que por ele é manipulada. Por isso a importância não só de distribuir as oportunidades de trabalho como também os ganhos, o que não ocorrerá com a administração patronal do OGMO. Este com certeza distribuirá as melhores oportunidades aos trabalhadores mais dóceis.

Ao OGMO também foi concedido o direito de estabelecer o número de vagas dos

quadros de portuários avulsos, o que permite a fixação de número excessivo de registros comparado com a demanda do mercado de trabalho. Esta será a forma de praticar leilões para baixo de salários e de condições de trabalho.

A aplicação de penalidades, o cancelamento do registro profissional, inclusive sem cogitar o direito de prévia defesa, como também o poder de ceder um portuário avulso, em caráter permanente, ao empregador que assim o desejar, sem a responsabilidade do vínculo empregatício, também são atribuições do OGMO. Mesmo sem o comando jurídico da relação direta da prestação de serviço, este órgão possui poderes que nem mesmo os empregadores têm numa relação empregatícia.

**A ofensiva neoliberal de "modernização" dos portos ganha novo impulso com FHC**

Estes e outros poderes, que são absurdamente outorgados ao OGMO pela lei, permitirão, se realmente efetuada a implementação deste organismo, a introdução do trabalho servil. Esta entidade terá sobre os trabalhadores amplo e irrestrito domínio, ficando estes, sem qualquer garantia salarial, à sua ordem e disposição, mendigando trabalho.

A lei estabelece que, "no caso de vir a ser celebrado o contrato, acordo, ou convenção coletiva de trabalho entre trabalhadores e tomadores de serviço, este precederá o órgão gestor de mão-de-obra e dispensará sua intervenção nas relações capital e trabalho no porto". (6) O governo Itamar, antes mesmo da promulgação da lei, através dos ministros do Trabalho e dos Transportes, imprimiu o início das negociações sobre a sua implementação.

Estas negociações, entretanto, nunca avançaram em nada, apesar de terem ocorrido mais de 50 reuniões. Isto porque a representação patronal não quer o contrato coletivo de âmbito nacional e sim acordos

regionais, em que se estabeleça a competitividade entre os diversos portos da região. Quer, na verdade, a prática da diminuição salarial, com ameaças de que as cargas iriam para outro porto se isto não ocorrer.

O processo de implantação do projeto neoliberal nos portos foi acelerado e aprofundado com a posse de Fernando Henrique. Em 26 de abril de 1995, com a presença de Jorge Gerdau, presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Mário Amato, presidente da CNI e José Eduardo Moreira Ferreira, presidente da Fiesp, entre outros, o governo criou o Gempo (Grupo Executivo para Modernização dos Portos). Este é composto por representantes dos Ministérios do Trabalho, dos Transportes, da Marinha, da Fazenda e da Indústria, Comércio e Turismo.

Pelo decreto da sua criação, a Gempo tem competências para "adotar providências que estabeleçam o novo ordenamento das relações entre trabalhadores e os usuários dos serviços portuários", "adotar medidas visando o efetivo funcionamento dos órgãos gestores de mão-de-obra" e "acelerar a implementação de medidas no sentido de descentralizar a execução dos serviços portuários prestados pela União, na modalidade de concessão e arrendamento, inclusive à iniciativa privada".

Desde a promulgação da lei, em fevereiro de 1993, predominou entre os trabalhadores a solução negocial, com poucos movimentos de pressão. No entanto, já começa a crescer a opinião de que o enfrentamento deste projeto só será possível com

uma greve geral de longa duração em todos os portos brasileiros.

## NOTAS

O movimento sindical, quando do golpe de 64, era influenciado pelo trabalhismo de João Goulart e Brizola e pelos comunistas. As principais lideranças foram presas e perseguidas, houve intervenção nos principais sindicatos, com a nomeação de juntas governativas. O modo como se deu a manutenção das conquistas é merecedor de outro artigo.

—2- Foi revogada toda a legislação relativa às relações de trabalho do setor portuário, sendo substituída pela possibilidade de "contrato, acordo ou convenção coletiva de trabalho entre trabalhadores e tomadores de serviço".

—3- Federação Nacional dos Estivadores (FNE), Federação Nacional dos Conferentes, Consertadores, Vigias, Trabalhadores de Bloco e Arrumadores (Fenccovib) e Federação Nacional dos Portuários. As duas primeiras de trabalhadores avulsos e a última de trabalhadores com vínculo empregatício.

—4- Forma no mínimo estranha a idéia de proporcionar ao trabalhador portuário de catapuzia uma compensação pela demissão sem justa causa, pois quem acaba pagando a "indenização" é o trabalhador portuário avulso que fica obrigado a dividir com o demitido a suas oportunidades de trabalho e ganho, tendo o seu salário reduzido.

—5- O pagamento desta indenização visa a substituição dos antigos trabalhadores já previamente treinados pelas entidades patronais.

—6- Parágrafo único do artigo 18 da lei nº 8630 de 25 de fevereiro de 1993.

\* Dirigente do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga em Rio Grande (RS) e membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista

## Polêmica franca e madura

O sindicalismo brasileiro vive um período de dificuldades. Diante desse quadro adverso, que inclusive gera confusão em nosso meio, é importante a existência de entidades preocupadas com a formação e a elaboração teórica. O CES, através de sua postura ampla e plural, contribui muito neste sentido.

*Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas-SP (filiado à CUT e à Fetam)*



## O debate atual sobre a reforma agrária no Brasil

Marcos Ruy \*

Há muito o dilema da reforma agrária é motivo de caloroso debate na sociedade brasileira. A polêmica em torno do assunto ganhou maior destaque durante a década de 80. Floresceram inúmeros textos e livros nesse período. A evolução do pensamento sobre a questão foi apreciável, mas necessita aprimorar-se ainda mais. O país está numa encruzilhada histórica e reclama respostas para os seus problemas mais emergentes.

Com o declínio da escravidão, as elites dominantes brasileiras cuidaram de assegurar o controle de terra de modo a evitar principalmente que os emigrantes que aqui começavam a afluir em massa se estabelecessem como produtores independentes. Ao mesmo tempo, pregavam um “branqueamento” da sociedade através dessa emigração, marginalizando os negros, ex-escravos, criando assim uma reserva de mercado para o capitalismo que nascia no país.

Foi neste contexto que surgiu a “Lei das Terras”, de 1850, “pela qual as terras devolutas não mais seriam passíveis de livre apropriação, mas somente mediante o pagamento de uma certa soma em dinheiro”, diz Ademir Ribeiro Romeiro.

### A luta camponesa avança a partir de meados da década de 50

Nos anos 50, após um intenso crescimento industrial e urbanização, a economia brasileira entra em crise com a taxa de crescimento industrial declinando. Neste momento, a estrutura agrária era entendida como condição necessária para a expansão da agricultura capitalista moderna no país. Essa crise econômica desdobra-se em crise político-institucional e o setor agrícola vai sofrer modificações nas relações de trabalho no campo.

Em fins da década, “o padrão de dominação tradicional de caráter clientelista passa a sofrer impacto de um duplo movimento: de um lado, o peso crescente dos movimentos sociais reformistas na política nacional, que tinham na reforma agrária uma das suas reivindicações principais; de outro, o surgimento e rápida difusão de organizações sindicais de pequenos produtores e trabalhadores rurais”, afirma Romeiro.

Houve um grande debate acerca desse tema na década de 60 e início dos anos 70, que marcou a reforma agrária enquanto objeto de ações revolucionárias. Para evitar que isso viesse a ocorrer, o imperialismo tratou de apoiar políticas de reforma agrária nos países sob sua influência. Nesse momento, a

reforma pretendida tinha como prioridade organizar o abastecimento de produtos alimentícios para o mercado interno, com o objetivo de evitar a importação de alimentos.

Isto proporcionaria ao país a possibilidade de redirecionar suas divisas para a compra de tecnologia no exterior e assim tornar-se independente. A entrada da agroindústria no campo, na década de 70, modernizava a produção agrícola sem mexer na estrutura fundiária do país. Dessa maneira, para muitos, inclusive da esquerda, a reforma agrária deixa de ser prioridade, porque os seus objetivos teriam sido promovidos sem a necessidade de realizá-la. Ledo engano.

“A possibilidade legal de desapropriação de terras por interesse social”, afirma Maria Lisboa Pacheco, “sem dúvida uma conquista das forças progressistas previstas no Estatuto da Terra desde 1964, continua colidindo com os limites impostos para efetivá-la e, quando feita, termina por premiar o proprietário”. A limitação da dimensão da propriedade rural, a arrecadação sumária de bens ociosos, o pagamento de indenização em títulos da dívida agrária em 20 anos e limitado ao valor base do Imposto Territorial Rural são fatores que acabam por beneficiar o latifundiário.

A Constituição estabelece ainda que a função social da terra só é cumprida quando a propriedade atende, entre outros pontos, o requisito de “observância das disposições que regulam as relações de trabalho” (art. 186), que “implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como disposições que disciplinam os trabalhos de arrendamento e parcerias rurais” (Art. 8º, parágrafo 4º, Lei 8629/93). Uma análise das leis que regulamentam os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária (arts. 184 a 186) mostra como o interesse social subordina-se aos interesses dos proprietários de terras.

### Reforma agrária chegou a ser considerada essencial ao avanço do capitalismo

No início dos anos 80, a reforma agrária passa a “ser considerada como medida política fundamental para romper o domínio la-

tifundiário e assim possibilitar o avanço do capitalismo no campo”, explica José Juliano de Carvalho Filho. Ele complementa seu raciocínio dizendo que “de outro lado existiam várias posições preconizando que a transformação capitalista da agricultura não dependia da reforma agrária ou da destruição do latifúndio”.

É o caso de Caio Prado Jr. e Ignácio Rangel, no âmbito da esquerda, e do grupo adepto da “Teoria da Modernização”, pela direita, composto por Delfim Neto e Afonso Celso Pastore, entre outros.

Caio Prado acreditava que o meio rural brasileiro não tinha nada de feudal e era capitalista. Já os defensores da “Teoria da Modernização” acreditavam que a agricultura nacional era capitalista e justificavam a baixa produção agrícola através da ação governamental que bloqueava os incentivos do mercado para o setor. Não existiam problemas estruturais, portanto, nem o sistema de latifúndios era responsável por essa pouca produtividade.

Ignácio Rangel determinava uma dualidade básica da agricultura brasileira, passando a usar o conceito de complexo rural. Para ele, o problema da crise agrária brasileira estava ligado à velocidade de dissolução do complexo rural. Esse autor já apontava a via de modernização “conservadora” quando considera a capacidade de modernização do latifúndio. “As relações de produção feudais ou atrasadas iriam sendo paulatinamente transformadas em relações capitalistas”, afirma José Juliano Filho.

Dos estudos sobre relações de produção feudais, dualismo e inelasticidade da oferta agrícola, passou-se para uma reflexão contundente sobre a natureza das transformações do mundo real. Assim, entra em cena a “Crítica à Razão Dualista”, de Francisco de Oliveira, que enfocava os novos processos de proletarianização e diferenciação que ocorriam no campo.

Pesquisa recente, desenvolvida por Francisco Assis Costa, no Estado do Pará, mostra para o período de 1980 a 1985, uma reordenação da base produtiva agrícola estadual,

caracterizada pela substituição de culturas temporárias por culturas permanentes, tendência marcante nas estruturas camponesas. As lavouras permanentes, com uma taxa de 40% ao ano, apresentam o maior índice de crescimento do período. Taxa que se explica pelo crescimento desse tipo de lavoura entre os camponeses a uma taxa de 13% ao ano, considerado o peso da participação relativa dos produtores (94% em 1980 e 87% em 1985) no valor da produção total de produtos permanentes.

### Estatuto do Trabalhador Rural estendeu ao campo direitos sociais da cidade

Devido ao crescimento dos movimentos sociais no campo, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214 de 2 de março de 1963). Essa Lei estendeu “aos trabalhadores rurais a legislação social que já beneficiava os trabalhadores urbanos”, diz Romeiro. A solução do problema agrário brasileiro passa a ser vista como necessária pelas “elites mais lúcidas e responsáveis”. Até importantes segmentos conservadores passam a apoiar essa tese.

Apesar do consenso que se formou sobre a situação “injusta e miserável” do homem do campo e sobre a estapafúrdia especulação financeira que se fazia com terras agrícolas inativas, como também o grau de consciência política do trabalhador rural que passou a representar séria ameaça aos interesses latifundiários no país, os proprietários de terras não mudaram o seu conceito sobre propriedade privada da terra, que continuou absoluto.

Nos anos 60, basicamente confrontaram-se, segundo João Pedro Stedile, “os que analisavam a realidade agrária como um entrave ao desenvolvimento do capitalismo e até com resquícios feudais” e os que defendiam “as teses de que no Brasil nunca havia existido feudalismo, de que o capitalismo estava se desenvolvendo no campo, e que era pre-

dominante e, também, que as relações sociais de produção existentes não eram entrave ao desenvolvimento capitalista, mas caracterizavam-se por um certo tipo de capitalismo, concentrador, dependente, etc.”.

Havia justificativa para programas massivos de reforma agrária prioritariamente produtivistas, com vistas ao desenvolvimento econômico. Já na década de 80, além das divergências à esquerda e à direita, foi retomado o próprio fundamento da reforma, no âmbito de um programa global de desenvolvimento econômico para o Brasil.

O desenvolvimento do processo de transformação capitalista do campo implicou em mudanças na divisão do trabalho, nas relações de produção, sazonalidade do emprego rural, alteração da base técnica, integração de capitais, industrialização da agricultura, migração rural-urbana e rural-rural. Para Angela Kageyama e José Graziano da Silva, “passa-se do complexo rural para os complexos agroindustriais”.

#### **Alguns analistas viram elementos de socialismo no PNRA de José Sarney**

“O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), elaborado com base no Estatuto da Terra, não apregoa, tanto quanto o Estatuto, uma mudança do regime capitalista de produção, embora alguns tenham enxergado lampejos socialistas na proposta inicialmente submetida à discussão”, explana Francisco Graziano Neto. A alteração da estrutura fundiária deverá se dar nos marcos do capitalismo brasileiro, que veria assim corrigida uma importante deformação histórica. Redistribuir a propriedade da terra significa, conforme o PNRA, caminhar no sentido da maior “justiça social”, resgatando a enorme dívida para com os trabalhadores rurais, marginalizados pelo processo de desenvolvimento nacional.

Para Graziano Neto, “é evidente que a idéia de reservar 1/3 dos atuais trabalhadores

volantes para a dinâmica da agricultura chamada empresarial, transformando os 2/3 restantes em pequenos proprietários de terras, não tem cunho socialista”. Mas qual capitalismo ela pressupõe, pergunta ele, e responde que “a única possibilidade de ocorrer tal redução no uso do trabalho agrícola sem desorganizar a economia atual, seria dada por decorrência de uma assombrosa mecanização das atividades produtivas no campo”. Mecanização impossível a médio prazo e extremamente problemática do ponto de vista social e ecológico.

O governo militar que se instaurou no poder em 1964 criou o Estatuto da Terra, mais avançado do que existia anteriormente. Com isso, a terra passa a ser utilizada como reserva de valor. O capital investido na compra da terra passa a ser valorizado independentemente de sua unitização. A primeira providência dos proprietários foi expulsar os trabalhadores rurais residentes em seu imóvel e substituir as lavouras por pastagens extensivas.

Assim surgem os chamados “bóias-frias”, aos quais são negadas qualquer garantia trabalhista, com a utilização, inclusive, de crianças como mão-de-obra barata. A principal causa dessa modernização poupadora de mão-de-obra é justificada pela conjunção de interesses dos grandes proprietários e da indústria de insumos e equipamentos agrícolas que acabara de se instalar no país. Esse processo nada mais é do que o processo de produção capitalista, que se faz através de relações não-capitalistas, com a utilização dos bóias-frias.

#### **Modernização do campo foi excludente e manteve a estrutura latifundiária**

Para José Graziano da Silva, “nos últimos 25, 30 anos, houve um processo muito rápido e profundo de modernização da agricultura brasileira. Não se pode mais pensar a agricultura brasileira como nos anos 50, 60. Na verdade, hoje há muitas agriculturas bra-



Jesus Carlos

sileiras, seja pela diferenciação regional, no país, seja mesmo, dentro de uma mesma região, pelo tipo de inserção do produto ou pelo tipo de articulação entre os capitalistas que se faz nessas agriculturas.”

Ele explica que esse processo deu-se de maneira profundamente desigual, “até mesmo parcial”, afirma; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor. Quer dizer que aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso ao crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc., ficando para trás do processo. Outra característica desse processo, explica Graziano, é que ele foi profundamente excludente, porque atingiu uma absoluta minoria e poucos conseguiram chegar ao final do processo.

A primeira tendência é a constituição de complexos agroindustriais, começando a “haver e se aprofundar uma integração entre capitais. Quer dizer, já não há capitais bancários, capitais industriais, capitais agrários, senão que esses capitais começam já a se entrelaçarem dentro da agricultura”, acentua Graziano. A segunda tendência para ele seria a redução do papel da pequena produção.

“Seja produção familiar, seja produção camponesa, como vocês quiserem chamar, ela vem perdendo a partir dos anos 70 rapidamente o seu espaço, quer seja como produtora de bens, quer seja como mão-de-obra”. A terceira tendência delinea-se

mais claramente a partir dos anos 80 e é a redução da sazonalidade do trabalho temporário. “O que se observa a partir de 82”, concatena Graziano, “é uma redução drástica desses picos de demanda de força de trabalho seja pela substituição por culturas mais fortemente mecanizadas, seja pela introdução de mecanização em culturas que até então tinham graus muito menores de mecanização da colheita”.

A posição de Graziano é que “a reforma agrária, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo, não é mais uma necessidade, seja para a burguesia, seja para as classes produtoras”. Isso não significa que ele não creia na possibilidade de sua efetivação. Para Graziano, nos anos 80, a reforma agrária é uma necessidade dos trabalhadores rurais, não mais do patronato brasileiro.

Por isso, o campesinato enfrenta o terrível dilema de não ter terra para plantar no meio de tantas terras improdutivas. “Se houver reforma agrária, ela será feita pela luta dos trabalhadores, não mais por uma necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista”, afirma.

Então, “as manifestações reacionárias levaram os grandes proprietários a modernizar suas lavouras e se transmutarem aos olhos da sociedade em motivação progressista que serão fortemente apoiadas pelo Estado através

de toda sorte de subsídio e incentivos”, diz Romeiro. Portanto, a estrutura agrária concentrada não foi entrave para a continuidade do crescimento econômico, foi sim obstáculo ao processo de desenvolvimento sócio-econômico, que eleva a qualidade de vida da população em geral.

Por mais que os defensores da “modernização conservadora” do campo brasileiro não enxerguem, o aumento da produção agrícola acompanha o processo de crescimento econômico, contudo não é condição suficiente para que haja desenvolvimento sócio-econômico.

“A tentativa de antever o desenvolvimento das lutas sociais agrárias”, diz Claus Germer, “do ponto de vista das classes trabalhadoras, não é uma tarefa simples, como não é simples qualquer previsão, especialmente em se tratando de uma sociedade complexa e em crise como é a brasileira atual”. Claus Germer efetua essa análise através de três pontos principais: 1) evolução da base econômica e das representações político-ideológicas; 2) conexão entre as lutas sociais na agricultura com as lutas de classes na sociedade brasileira em conjunto; 3) Inserção do PT nos dois contextos de lutas de classes, como as interpreta e quais são as estratégias e as táticas que propõe.

O PT esboçou um programa para a reforma agrária em seu programa de governo. “A reforma agrária no Brasil dos anos 90” propõe a elaboração de um plano agrário de governo que “deve levar em conta as propostas concretas que busquem a solução dos problemas agrários que existem em nossa sociedade”, coloca Stélide.

Para ele, “um plano agrário democrático-popular, deve, no entanto, levar em conta os problemas agrários do ponto de vista dos trabalhadores”. Problemas como a concentração da propriedade da terra, a inutilização da terra, o destino da produção, o êxodo rural, as condições de vida no campo, o modelo tecnológico, o poder político do latifúndio e concentração da água no Nordeste, especialmente no semi-árido.

### Concentração fundiária no campo brasileiro não parou; continua em alta

“Diferentemente de países que já realizaram mudanças no regime de posse e uso da terra e de outros que não mais inscrevem esse processo na sua pauta de prioridades, o Brasil apresenta hoje uma situação paradoxal. O tema continua presente no debate nacional mas, talvez, devido ao fato de tanto discutí-lo, poucos ainda pensam em realizá-lo”, relata José Gomes da Silva.

Para Gomes da Silva, a escalada da violência contra os trabalhadores rurais sem terra indica o aumento da concentração da posse de terra e da pobreza na agricultura brasileira, gerando novos conflitos no campo. Segundo ele, 10% dos maiores imóveis rurais ocupam 79% das terras, enquanto os 90% restantes estão espremidos em apenas 21% do total; destes, 1% dos maiores ocupam quase metade da superfície total (46,9%); 64% dos imóveis rurais são minifúndios; apenas 30% da área de imóveis são explorados. A área aproveitável total é de 438 milhões de hectares ou 4,38 milhões de Km. Desse total, 186 milhões de hectares (42,6%) não são explorados.

Há forte presença de poderosos grupos econômicos dos setores bancário, industrial e agropecuário, acumulando reserva de terra (85%) consideradas legalmente como latifúndio. 52% da População Economicamente Ativa da agricultura brasileira tinha, em 1980, renda inferior a um salário mínimo da época, ou 81 dólares; 12% do total da produção agropecuária brasileira, em 1980, era destinada ao autoconsumo; 54% dos pobres que trabalham 40 horas ou mais na agricultura são empregados, sendo que no Estado de São Paulo, o mais rico do país, quase 80% dos pobres que trabalham no setor são empregados, o que indica o salário como “raíz” do problema da pobreza nessas áreas.

Para José Gomes da Silva, “o impasse que vive atualmente a reforma agrária no

Brasil não encontra perspectiva favorável na atual estrutura do poder”. Para ele, o sucesso dessa luta depende da luta política. Porque a “terra é, pois, monopólio de poucos grandes latifúndios. Não só a terra, mas também o poder”, acredita Romeiro. Através da oligarquia latifundiária mantêm-se rígida a preservação da estrutura agrária vigente e não se muda sem muita luta dos trabalhadores.

A transformação ocorrida nas três décadas evidenciam o engano das interpretações que supunham a incompatibilidade entre modernização capitalista do campo e a concentração da propriedade fundiária. No período, a estrutura fundiária manteve altos níveis de concentração, enquanto que a estrutura agrária sofreu grandes alterações (mudança de base técnica, assalariamento, sazonalidade no uso de mão-de-obra, etc.).

Na análise de movimentos sociais rurais no Brasil, os diferentes autores têm destacado o seu potencial democratizador, “tanto das próprias organizações dos trabalhadores rurais, seus espaços imediatos de trabalho e vida, como das relações práticas político-institucionais em que se insere”, pensa Cândido Grzybowski. “No Brasil da era Collor a crise geral agravou-se de maneira particularmente difícil para os setores populares. Mas, por trás da deterioração das condições de vida, é fundamental ver um confronto entre blocos de forças sociais”, afirma Grzybowski. Para ele, o movimento da sociedade brasileira se caracterizou por uma “luta real contra a privatização do poder do Estado e por tornar público o que é de todos”.

Karl Kautsky disse em seu livro “A questão agrária” que “a agricultura não é uma forma de atividade que exija do homem sempre o mesmo dispêndio de trabalho. Temporariamente, durante o arroteamento da terra, mas sobretudo durante as colheitas, necessita de muitos braços, noutras alturas, quase não precisa de nenhum”.

### **Campo brasileiro sofre consequências da crise mundial do capitalismo**

Não se pode imaginar o Brasil fora do contexto internacional. A consolidação da

hegemonia dos EUA, a partir de 45, levou a uma difusão de processos, técnicas, organização empresarial, esquemas de financiamento e comercialização baseados na tecnologia norte-americana. Este padrão industrial é centrado nos setores de bens de capital, metal/mecânica, petroquímica e transportes, diretamente associada ao consumo de bens duráveis e à substituição de produtos naturais por sintéticos.

O objetivo da política dos EUA do pós-guerra foi o de socorrer os países ocidentais para evitar o surgimento do estilo nacional-capitalista, bem como sua saída do campo capitalista. De 1945 a 1955, ocorreu a reconstrução dos parques produtivos europeu e japonês, juntamente com a expansão do padrão americano; entre 1955 e 1967 firmase o “desafio” e a internacionalização produtiva americana; de 1967 a 1973 ocorreu a ruptura e a crise do padrão americano com a internacionalização produtiva de vários países, sendo que na Europa expande-se o “eurodólar”, entre 1974 e 1980, os países da OCDE ingressam numa fase de transição para o “pós-industrial”, reformulando as políticas agrícolas com mais protecionismo e subsídios. Com a explosão da taxa de juros e o fortalecimento do dólar, segue-se um período 1981 a 1985 de crise geral.

A economia dos Estados Unidos se abre para a concorrência internacional, destruindo e reconvertendo seu parque industrial e ampliando seus enormes déficits comerciais e sua dívida pública interna, requerendo uma redefinição de vulto do Estado. Os anos 80 podem caracterizar-se como o fim da hegemonia dos EUA, aceleração da integração européia e asiática, a crise do socialismo e a aceleração da crise dos países em desenvolvimento.

Geraldo Muller defende que “no novo contexto que se desenha para os anos 90, uma maior liberação do comércio mundial e latino-americano com renovação no padrão tecnológico agrário e agroindustrial, certamente que necessitamos levar tais tendências em consideração ao pensarmos no destino social de milhões de pobres em nossos campos”.

Para ele, não há necessidade de reforma agrária, apenas uma melhoria salarial para os trabalhadores.

“Durante muitos anos aqui no Brasil e, de certa forma, até hoje, existe uma grande polêmica sobre a questão agrária”, diz Stédile. Ele complementa afirmando que “alguns diziam que o problema agrário no Brasil persistia para a sociedade, inclusive para a burguesia, para as classes dominantes; que o governo da classe dominante não tinha conseguido resolver a situação da agricultura. Outros diziam que o problema do campo estava resolvido, pelo menos para ela, enquanto classe”.

Para Karl Marx, “ao haver estabelecido a propriedade territorial, o capital atinge um duplo fim: 1) a agricultura industrial e, portanto, desenvolvimento da força produtiva do solo; 2) o trabalho assalariado e, portanto, dominação generalizada do capital sobre o campo”. Logo, Marx considerava a propriedade territorial como obra do capital e a industrialização do campo teria o mesmo sentido da constituição e generalização do trabalho assalariado.

Assim, a terra se encontraria submetida completamente às relações sociais capitalis-

tas quando sua valorização estivesse submetida compulsoriamente às relações sociais capitalistas. Segundo Kaudtky é impossível estudar a questão agrária sem estudar Marx.

## BIBLIOGRAFIA

- 1- Stédile, João Pedro (org.). **A Questão Agrária Hoje**. Editora da Universidade, RS, 1994
- 2- **A Revolução Agrária no Brasil**. Edições Massas, publicada no Jornal Massas em novembro de 1993
- 3- **1º Curso de Formação Sobre Reforma Agrária**. Departamento de Assentamento Fundiário/Governo do Estado de São Paulo, 1991
- 4- **1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - 1º PNRA (1985-1989)**. Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), DF, outubro de 1985
- 5- **A Reforma Agrária no Brasil dos Anos 90**. Caderno de Formação Política nº2, Partido dos Trabalhadores, SP, setembro de 1993
- 6- Kaudtky, Karl. **A Questão Agrária**. Portucalense Editora, Porto, Portugal, 1972.

\* Assessor de imprensa na Câmara Municipal de São Paulo

## Disputa de idéias em novo patamar

Em todos os setores da economia, o patronato investe na luta de idéias. Através de técnicas avançadas de gerenciamento, tenta cooptar trabalhadores e enfraquecer os sindicatos. Só a formação da consciência classista poderá se contrapor a esta nova onda. Daí a importância do CES e de seus 10 anos.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES  
METALÚRGICOS DE CAXIAS DO SUL (RS)**

# Os segredos do toyotismo



**Pensar pelo avesso - O modelo japonês de trabalho e organização**  
Benjamin Coriat.  
Editora  
UFRJ/Revan, Rio de Janeiro, 1994.

Esta, sem dúvida, é uma obra fundamental para quem deseja compreender o conjunto de inovações organizacionais que vem se implantando no mundo da produção nestas últimas décadas. Inovações que, segundo o autor, teriam importância comparável as que foram trazidas pelo taylorismo e pelo fordismo.

Coriat concentra as suas análises nos próprios textos de Ohno e de outros teóricos da nova gestão de produção que acabaram por se constituir em criadores de um novo modelo: o modelo japonês. Um modelo que ele prefere chamar de Ohnismo, um neologismo mais adequado para se contrapor ao do fordismo e do taylorismo.

O modelo nasce de uma necessidade particular da acumulação capitalista no Japão, que exigiu “um sistema mais adaptado a produção em séries restritas de produtos diferenciados e variados (...) Pensar não a grande, mas a pequena série; não a padronização e a uniformidade do produto, mas sua direfença, sua variedade”.

As duas grandes descobertas de Ohno que nascem desta nova perspectiva são: “a fábrica mínima” e a “administração pelos olhos”. Para o Ohno, “atrás do estoque há um excesso de pessoal”, dispensando-se os estoques, dispensa-se também o excesso de pessoal. Por isso, conclui Coriat: “A fábrica mínima é primeiramente, e antes de tudo, a fábrica de pessoal mínimo”.

E através da “administração pelos olhos” é possível “fazer emergir à superfície, tornar visíveis (...) todos os possíveis excessos gordurosos (...) que a fábrica pode dispensar”. Através destes métodos, “renova-se assim uma preocupação muito antiga (...) poder a qualquer momento visualmente exercer um controle direto sobre os empregados”.

Outra inovação do modelo japonês foi a construção de uma “concepção da organização

do trabalho em torno de postos polivalentes”. Estes pressuporiam também um novo operário: “A via japonesa vai avançar pela desespecialização dos profissionais para transformá-los não em operários parcelares, mas em plurioperários, em profissionais polivalentes, em ‘trabalhadores multifuncionais’”. A princípio Coriat não parece se iludir com estas caracterizações do “novo operário” que nasce com o toyotismo.

É o próprio Coriat que afirma: “Sejamos bastante claros. Este movimento de desespecialização dos operários profissionais e qualificados (...) é de fato um movimento de racionalização do trabalho no sentido clássico do termo. Trata-se também aqui de atacar o saber complexo do exercício dos operários qualificados a fim de atingir o objetivo de diminuir seus poderes sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho...”.

Para o autor, este modelo só pode se firmar graças a um sistema de “relações industriais” que garantiu contrapartidas e compromissos (explicitamente negociados ou não) estabelecidos dentro de cada indústria. Elas que garantiram o engajamento do operário na produção e sua incorporação ao sistema. Entre estas contrapartidas se encontram “o emprego vitalício” e o “salário por antiguidade”, que são complementados pela existência de um “sindicalismo de empresa”, mais integrado ao espírito das empresas.

Neste livro, Coriat não subestima o papel da repressão patronal na construção do novo modelo. Ele constata que o sindicalismo japonês esteve a frente de uma dura resistência. Em 1950, uma greve de 2 meses na Toyota “teve como resultado uma derrota para o sindicato e a demissão em massa de cerca de 1.600 empregados (...) Em 1952, face ao intenso movimento de racionalização da produção, uma grande onda de lutas operárias percorreu o Japão (...) A Toyota não escapa deste movimento e o sindicato na empresa organiza todo um movimento de reivindicação salarial e de resistência à racionalização que durará cinquenta e cinco dias. (...) O conflito termina com uma derrota do sindicato. Derrota tal que a direção amplia ainda mais suas vantagens e consegue transformar o ramo local do sindicato (...) em um sindicato interno (...) funcionando segundo regras e procedimentos novos, amplamente ditados pelas próprias empresas.”

Apesar das qualidades inquestionáveis da obra de Coriat, da sua visão crítica sobre o desenvolvimento do modelo japonês, o autor parado-

xalmente acaba concluindo pela positividade de sua transplantação para o cenário europeu. Ele aponta para a necessidade de mesclá-lo com o bem-estar social e com a democracia industrial garantidos pelo modelo social-democrático clássico.

Na conclusão do livro **Pensar pelo Averso**, afirma: “Escolheremos dar uma formulação radical dizendo que: tudo não é negativo, longe disso, no pensar pelo avesso japonês. Muito especialmente, o questionamento da divisão do trabalho da qual este modelo procede, pela construção sistemática de uma flexibilidade ‘interna’, aparece como em harmonia com algumas necessidades e demandas sociais que não cessaram de se manifestar há uns vinte anos nas empresas. E, se as novas práticas organizacionais conseguem afirmar-se no respeito e no esforço da regulação pelo contrato, é toda a democracia nas relações de trabalho que pode ser fundada sobre base renovadas. Bases estas tão sólidas e dinâmicas que dariam lugar tanto a equidade quanto a eficácia econômica”.

Para Coriat, apesar das várias “reticências”, há democracia no modelo japonês e ela se traduziria “através de importantes e significativas desconcentrações e descentralizações de poder de comando, através de série significativas de atos e de decisões da vida da empresa. Até certa classe de decisões - que não abordam os objetivos estratégicos da empresa (...) a condução é amplamente internalizada e co-gerida”.

A razão central desta opção de Coriat pelo modelo se expressa no seguinte raciocínio: “O método japonês vale acima de tudo na medida em que ele inaugura para a empresa a era da regulação pelo engajamento - os ganhos de produtividade suplementares obtido servindo para abrir espaço das contrapartidas oferecidas aos assalariados a dimensões e objetos novos”.

A única saída para o movimento sindical seria então levantar a bandeira da implantação do

modelo japonês de gerenciamento, com uma única diferença que seria a substituição do “engajamento estimulado”, à moda japonesa, pelo “engajamento negociado”. Garantindo, é claro, as contrapartidas oferecidas pelo modelo japonês (emprego vitalício, bonificações etc.). Teríamos assim, com a social-democratização do toyotismo, o melhor dos dois mundos.

Este é o sonho da moderna social-democracia pós-fordista, que tem todos os ingredientes da velha fórmula ajustada aos novos tempos: conciliação de classes, reformismo, ilusão quanto ao caráter do capitalismo etc. Mas, neste caso, a utopia social-democrática é extremamente perigosa (e Coriat parece ter consciência disso).

Pois ela colide frontalmente com a tendência que se desenvolve na Europa (e em todo o mundo), na qual os empresários e os governos, no processo de implantação do novo modelo de acumulação, “esforçam-se em proceder a um questionamento dos compromissos fordistas do período anterior, manobrando ao contornar dispositivos de negociação existente em proveito de um retorno em direção a métodos discricionários de comando ou de gestão (...) Estes métodos são introduzidos com mais ou menos agressividade; misturando ou alterando ataques frontais contra direitos adquiridos e renovação flexível dos métodos de controle social sobre o trabalho. Mas a intenção permanece a mesma: aproveitar-se da grande onda atual do liberalismo (...) para questionar a tradição de negociação e de contratualização herdada do período de crescimento e do fordismo”.

Coriat, entretanto, não consegue tirar conclusões corretas de suas próprias observações.

**Augusto Cesar Buonicore.** Historiador e diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas (SP).

## Uma aposta no Mercosul



**O Mercosul e as relações de trabalho.** Everaldo Gaspar Lopes de Andrade. Editora LTr, São Paulo, 1993.

Neste livro, o autor procura fazer “um estudo comparado dos subsistemas jurídicos trabalhistas dos países partes, observando os avanços, as desatualizações e as contradições de cada um deles”. Isto sob a ótica, bastante duvidosa, de que o Mercosul busca a integração dos países membros, com o intento de “promover o desenvolvimento, modernizar a economia, ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis, com o objetivo de melhorar as condições de vida de seus habitantes”.

Ele destaca “ser impossível pôr em prática tais princípios e estratégias, sem uniformizar, desestatizar, modernizar as relações de trabalho e ter um desenvolvimento econômico pautado na justiça social”. Entende que “a partir deste diagnóstico normativo é possível a harmonização dos subsistemas, permitindo a modernização das relações de trabalho no âmbito do Mercosul”. Para ele, “resolvidas as questões de ordem estruturais da concentração de renda, da rotatividade da mão-de-obra e do desemprego pode-se pensar na implantação de modelos internos de contratação coletiva rumo aos contratos transnacionais”.

Everaldo entende que não haverá dificuldade teórica ou prática neste sentido. Observa que “o tratado de Assunção encontra-se respaldado no direito internacional público”, enfatizando que “no direito do trabalho, a elaboração de regras internacionais, por via de convenções e regulamentações produzidas pela OIT, é fato corriqueiro”.

O autor propõe “a participação dos trabalhadores na vida e no desenvolvimento da empresa, através da adoção da Co-Gestão Empresarial, participação nos lucros e em instrumentos (ou comissões internas) para determinar a forma justa (disciplinar, tecnológica, econômica ou financeira) de demissão”. Ele é totalmente favorável à desregulamentação das relações de trabalho, com a adoção do modelo estável (não jurídico), do pluralismo sindical nos termos da convenção 87 da OIT, do contrato coletivo de trabalho e do fim do processo normativo da Justiça do Trabalho.

Apresenta como alternativa para os conflitos trabalhistas o pacto social, com destaque para o Pacto de Manila, que “possibilitou a melhoria das condições de vida dos operários espanhóis”. Cita também o Acordo Básico do México, pois “sem dúvida serviu para reduzir os problemas trazidos pela dívida externa”. Defende também o processo de tercerização, destacando que “deve porém ser encarada com muita cautela, para não desencadear desempregos, muito embora apresente alternativas de novos mercados de trabalho”.

O livro aborda o funcionamento do sub-grupo 11 do Mercosul, onde os trabalhadores participam, descrevendo minuciosamente suas reuniões, os assuntos tratados, a forma de aprovação e o que já foi decidido. Ele também apre-

senta opiniões críticas sobre o Mercosul, afirmando que “trata-se de um pacto econômico que privilegia ou dá ênfase às relações comerciais”, o que “poderá sugerir, ainda que de forma subliminar, a prevalência do econômico sobre o social”. Ele entende que “a integração de regiões historicamente massacradas, discriminadas, deve pautar-se noutras bases, na cidadania, no respeito dos direitos fundamentais daqueles que trabalham e produzem riquezas”.

Apesar destas críticas, ele tem a expectativa de que o Mercosul obtenha seu êxito econômico alicerçado “em primeiro lugar, no bem estar da sociedade, na eliminação da miséria e dos estágios de pobreza absoluta”. Avalia que isso só será possível “se os atores sociais forem ouvidos e participarem de um modelo revolucionário de relações trabalhistas que possa resgatar o mau passado das políticas econômicas impostas ao povo latino-americano”.

O autor conclui que “a tendência é o crescimento do mercado de trabalho, com investimentos e incentivos na área de capacitação e recursos humanos, até chegar-se à proposta básica de livre circulação dos trabalhadores entre nações”. Expressa a esperança de que “o Tratado de Assunção, ao ser definitivamente implantado, tenha também deixado em definitivo a sua composição teórica originária, de um tratado marcadamente comercial, e que se volte para grandes causas”, podendo “mudar o pensamento das elites que, até hoje, infelizmente, nunca tiveram compromisso com a causa do povo latino-americano”.

Apesar das críticas apresentadas pelo autor ao processo de integração do Mercosul, as alternativas que apresenta são de essência neoliberal. No entanto, a leitura de sua obra reveste-se de importância, sobretudo pelo tratamento descritivo do sub-grupo 11, donde o leitor entenderá perfeitamente como vem se dando a “participação” dos trabalhadores neste processo.

**Vladimir Guimarães**, Diretor do Sindicato dos Conferentes do Porto de Rio Grande (RS).

# Os dilemas do tripartismo



**Negociações tripartites na Itália e no Brasil.** Luís Paulo Brescioni, Flávio Antonello. Editora LTr, São Paulo

O livro *Negociações tripartites na Itália e no Brasil* traz importantes contribuições para o debate sobre os rumos da estrutura sindical no Brasil. Relata experiências concretas de contratação entre trabalhadores, empresários e governos na Itália - com o Acordo Nacional - e no Brasil, através da Câmara Setorial do Complexo Automotivo. Os autores do livro atuam como assessores do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

As câmaras setoriais, por estarem mais próximas de nós, não despertam a mesma curiosidade dos Acordos da Itália, país que inspirou o modelo sindical brasileiro nas décadas de 30/40 e que hoje é defendido por setores do sindicalismo como exemplo de caminho a ser seguido no Brasil.

O assunto é polêmico no movimento sindical. Os acordos nacionais e as câmaras setoriais são novas formas de atuação do movimento dos trabalhadores ou a velha conciliação de classes? Modernização das relações capital X trabalho ou mais fôlego para o capitalismo em crise? As respostas certamente não são simples. Os pró-

prios autores reconhecem em diversas passagens que as mudanças devem ser cautelosas em tempos de neoliberalismo, crise econômica e ofensiva do capital.

A polêmica não é menor na Itália. Nascido no período do "milagre econômico" deles e embalado nas conquistas sociais do pós-guerra, o Acordo Nacional passa por um período de contestação entre os próprios trabalhadores daquele país. O de 1993, que abriu mão da escala móvel (que dispara o gatilho salarial para acompanhar as perdas com a inflação), foi contestado em assembleias por significativo número de votos contrários (27% contra, 6% de abstenção e 67% favoráveis). Isto apesar das três centrais sindicais mais tradicionais e importantes daquele país (CGIL, CISL e UIL) jogarem todo o seu peso político para a aprovação do protocolo negociado.

Uma mudança significativa no modelo de representação sindical italiano, que é caracterizado pelo pluralismo, com os trabalhadores filiando-se diretamente a uma central, foi o pacto pela constituição das RSU (Representações Sindicais Unitárias). Estas são compostas segundo a proporção - 2/3 escolhidos entre os trabalhadores, independente de filiação sindical, e 1/3 escolhidos entre as listas apresentadas pelas centrais, proporcionalmente ao número de votos. O número de filiados aos sindicatos diminuiu cerca de 20% nos últimos 10 anos.

**Augusto César Madeira.** Advogado e membro da coordenação nacional do CES.

# Assine a revista

# DEBATE SINDICAL

Faça hoje mesmo a sua assinatura da *Debate Sindical*. Ela custa apenas R\$ 24,00. Receba em casa ou na sede da sua entidade uma publicação especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura dá direito a quatro edições.

Nome: .....

Endereço:.....

Bairro: ..... Cidade: ..... Estado: .....

Telefone: ..... CEP: ..... Data da assinatura: .....

Sindicato a que pertence: .....

Preencha os dados em letra de forma e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal e cruzado, para o Centro de Estudos Sindicais (CES). Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010  
Fone/Fax: (011) 284-2296

## SEJA REPRESENTANTE DA *DEBATE SINDICAL* NO SEU ESTADO

Ajude a vender assinaturas de uma revista comprometida com o avanço do sindicalismo classista em nosso país. Além disso, complemente o seu orçamento, recebendo 25% do valor da assinatura. Entre imediatamente em contato com o Centro de Estudos Sindicais para preencher o seu cadastro e receber os materiais de divulgação da *Debate Sindical*.

Fone/Fax: (011) 284-2296